

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: METAFÍSICA E EPISTEMOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ENTENDIMENTO E RAZÃO NA TEORIA DA CAUSALIDADE DE KANT

RAFIZE DOS SANTOS

CURITIBA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: METAFÍSICA E EPISTEMOLOGIA

RAFIZE DOS SANTOS

ENTENDIMENTO E RAZÃO NA TEORIA DA CAUSALIDADE DE KANT

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre do Curso de Mestrado em Filosofia do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Salles de Oliveira Barra.

CURITIBA

2015



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

fesa nº 134 de 2015

Ata da Sessão Pública de Exame de Dissertação para
Obtenção do Grau de MESTRE em FILOSOFIA, área de
concentração: **FILOSOFIA**.

oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, nas dependências Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, composta pelos Professores: Profa. Dra. Andrea Luisa Bucchilegion (UEL), Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques (UNICAMP), sob a orientação da Prof. Eduardo Salles de Oliveira Barra, com a finalidade de julgar a dissertação da candidata fize dos Santos "**Entendimento e razão na teoria da causalidade de Kant.**", para obtenção grau de mestre em Filosofia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feita pelo Prof. Dr. Eduardo Salles de Oliveira Barra. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros da banca examinadora deliberaram pela "APROVAÇÃO" da mesma HABILITANDO-A ao título de Mestre em FILOSOFIA, na área de concentração FILOSOFIA, desde que apresente a versão definitiva da dissertação no prazo de sessenta (60) dias, conforme Res.65/09-CEPE-67 e Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. E, para constar, eu, Aurea Junglos, Secretária Administrativa do Programa, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos membros da banca.

Curitiba, 08 de maio de 2015.

Aurea Junglos

Secretaria Administrativa PGFILOS/UFPR

Prof. Dr. Eduardo Salles de Oliveira Barra
Orientador e Presidente da banca examinadora
UFPR

Profa. Dra. Andrea Luisa Bucchilegion
Primeiro examinador
UEL

Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques
Segundo examinador
UNICAMP



AVALIAÇÃO DA DISSERTAÇÃO
Defesa nº 134 de 08/05/2015

Mestranda: Rafize dos Santos

Título da Dissertação: "Entendimento e razão na teoria da causalidade de Kant".

Integrantes da banca examinadora

Prof. Dr. Eduardo Salles de Oliveira Barra (UFPR) Orientador e Presidente da banca examinadora

Profa. Dra. Andrea Luisa Bucchile Faggion (UEL) Primeiro examinador

Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques (UNICAMP) Segundo examinador

Média final

Conceito

Nota

8,0

8,0

B

Os examinadores atribuem nota em escala de zero a 10 (dez), sendo considerado aprovado o mestrando que obtiver como nota final, a média aritmética superior a 7 (sete). No parecer emitido por ocasião da defesa, constará a nota e o critério: **CONCEITO**.

Os examinadores registraram no corpo da dissertação as correções sugeridas.

Prof. Dr. Eduardo Salles de Oliveira Barra
Orientador e Presidente da banca examinadora
UFPR

Profa. Dra. Andrea Luisa Bucchile Faggion
Primeiro Examinador
UEL

Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques
Segundo Examinador
UNICAMP

§ 1º - Será considerado aprovado o aluno que lograr os conceitos A, B ou C.

A = Excelente = 9,0 a 10,0

B = Bom = 8,0 a 8,9

C = Regular = 7,0 a 7,9

D = Insuficiente = zero a 6,9

A meus amigos, minha família, e a todos aqueles que gostam de Filosofia;
A todos que tem algum tipo de inquietação acerca da natureza do tempo;
Ao próprio Kant (*in memoriam*), na esperança de que nossas opiniões coincidam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais: Pelo esforço de terem aceitado a minha escolha tão precoce pela Filosofia, pela paciência em suportar meu nervosismo nos períodos críticos de minha pesquisa, pelo amor dedicado ao longo destes anos. Obrigada por estarem sempre por perto, e ao mesmo tempo, terem permitido que eu trilhasse esse caminho com liberdade e independência.

Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Eduardo Barra, por toda a dedicação ao me ajudar a encaminhar esta pesquisa. Posso dizer que não tive somente um orientador, mas um mestre, um excelente mestre. Agradeço a imensa paciência em me acompanhar, em “aparar as arestas”. Agradeço pelas correções (sempre muito diretas, porém fraternas), pelas indicações sempre polêmicas, mas que me fizeram crescer muito academicamente. Posso dizer que tive um orientador do qual me orgulho muito, e que se tornou um exemplo para mim não só na vida acadêmica, mas também na vida pessoal.

Também agradeço a meus colegas de grupo de pesquisa, mas nesse momento peço licença para dedicar um agradecimento especial a alguns: Felipe Miranda, Daniel Tozzini, Aline Dias e Renato Cani. Mais do que colegas de trabalho, nos tornamos verdadeiros amigos. Obrigada por todos os momentos intensamente vividos e compartilhados, acadêmicos ou não. Agradeço a paciência em ler todas as prévias de resumos para enviar a congressos, todos os projetos lidos e debatidos nos corredores da UFPR ou tomando um bom café na Siciliana. Aliás, obrigada por todos os (incontáveis) cafés! Todos esses anos não seriam tão divertidos e não fariam tanto sentido se não tivessem vocês por perto. Obrigada por tudo!

Agradeço também a todos os amigos que fizeram parte dessa jornada acadêmica, de algum modo: João Cortese, Rômulo Martins Pereira, Luiz Lavanholi. Aqui também vale um agradecimento especial a José Oscar, Marisa Donatelli e Andrea Cachel. Obrigada por dividir vários momentos acadêmicos e pessoais intensos comigo. Espero que sigamos firmes em nossa amizade e que ainda possamos partilhar muitas coisas ao longo dos anos.

Não posso deixar de citar meus amigos pessoais, que estiveram sempre me apoiando e acompanhando de perto essa caminhada. Espero lembrar-me de todos: Letícia Brandão, Paula Goulart Lisboa e Caio Cesar Lisboa, Priscila Naufel, Gabriela Ganho, Marina Kessler, Rafaela Pauluk, Cristiane Camara, Luis Henrique Michel, Renê Lutfi, Adison Teixeira, Priscila Gozzo, Kellen Ferri; Todos os membros do CafHu e de minha comunidade CVX; Juvenilho Junior, Prescila do Amaral, Juliana Maia e Fernanda Maia, Carolina Oliveira, Elvis Bertoti, Michele Czaikoski Silva. Obrigada por serem apoio, amor e compreensão ao longo destes anos. Aprendi muito com vocês e espero seguir aprendendo. A presença de vocês é simplesmente um tesouro em minha vida.

A CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa.

“Como todos os rios, apesar da direção inicial e errônea, apesar de todos os desvios e meandros, encontram sempre o mar? Não existe um ‘*mar em si*’, mas o lugar embaixo, o único onde as águas se juntam, *chama-se mar!*”

Ludwik Fleck

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o argumento da Segunda Analogia da *Crítica da Razão Pura*, com ênfase na avaliação da acusação de *non sequitur* que tradicionalmente pesa sobre ele. O capítulo inicial trata do problema da causalidade conforme ele foi formulado e respondido por David Hume, com o objetivo de contextualizar o problema filosófico em que a pesquisa está inserida. Feita essa contextualização, serão analisados os argumentos de Kant apresentados na Segunda Analogia em seus próprios termos, procurando esclarecer os conceitos, os pressupostos e os objetivos a que se destinam. Em seguida, analisaremos os argumentos de Peter Strawson, comentador que acusa Kant de, na Segunda Analogia, incorrer em *non sequitur* em sua argumentação. Feito isso, serão explorados dois caminhos de resposta, norteados por Lewis Beck e Henry Allison. Lewis Beck deixa pistas importantes sobre uma possibilidade de resposta kantiana à acusação de Strawson, ao identificar uma premissa independente no argumento kantiano cuja consideração neutralizaria a acusação de *non sequitur*. Em seguida, será feita uma tentativa de fundamentar essa premissa, com base na análise do “Apêndice à Dialética Transcendental” e dos *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura*. Essa análise terá prosseguimento com a reconstrução da resposta de Henry Allison à acusação de *non sequitur*, cuja principal característica é justamente inserir o uso empírico das ideias da razão como parte constituinte da teoria kantiana da causalidade, levando-a em consideração como complemento do argumento da Segunda Analogia.

Palavras-chave: Causalidade; *non sequitur*; ideias.

ABSTRACT

This study aims to analyze the argument found in the Second Analogy of Critique of Pure Reason, emphasizing the evaluation of the *non sequitur* charge which traditionally weighs upon it. The beginning chapter approaches the causality problem as it has been formulated and solved by David Hume, aiming to place the context in which our study is held. After that, we will analyze the arguments presented in the Second Analogy as they were formulated by Kant himself, trying to clarify its concepts, assumptions and the objectives targeted by them. Next, we will analyze the arguments held by Peter Strawson, an author who charges Kant of applying *non sequitur* in his argumentation presented in the Second Analogy. Then, we will explore two possibilities of response, guided by Lewis Beck and Henry Allison. Lewis Beck gives us important hints about a possible Kantian reply to Strawson's charge, as he identifies an independent premise in the Kantian argument; taking this premise into account would neutralize the *non sequitur* charge. Next, we will try to ground this premise, basing on the analysis of the Appendix to the Transcendental Dialectic and the Prolegomena to Any Future Metaphysics. This analysis will proceed with the reconstruction of Henry Allison's reply to the *non sequitur* charge, whose main contribution is precisely taking the empirical use of the ideas of reason into account, regarding it as an essential part of Kantian theory of causality and considering it as an accomplishment of the argument presented in the Second Analogy.

Key-words: Causality; *non sequitur*; ideas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O “DESPERTAR DE UM SONO DOGMÁTICO”: O PROBLEMA DA CAUSALIDADE SEGUNDO HUME.....	13
3 A SEGUNDA ANALOGIA DA EXPERIÊNCIA DA <i>CRÍTICA DA RAZÃO PURA</i>: A DIFERENÇA ENTRE “PARA-TODO-EVENTO-ALGUMA-CAUSA” E “MESMAS-CAUSAS-MESMOS-EFEITOS”	21
3.1 O CONCEITO DE MUDANÇA.....	22
3.2 O ESTATUTO DO TEMPO	23
3.3 O MÚLTIPLO E SUA RELAÇÃO COM O TEMPO.....	27
3.4 A CAPACIDADE DE IMAGINAÇÃO	30
3.5 A DETERMINAÇÃO DA SÍNTESE	32
4 AS CONDIÇÕES DA CAUSALIDADE COMO REGRA DO ENTENDIMENTO: OS FUNDAMENTOS DO “TUDO QUE ACONTECE TEM UMA CAUSA”	41
4.1 PETER STRAWSON: ACUSAÇÃO DE <i>NON SEQUITUR</i>	41
4.2 A NOÇÃO DE NECESSIDADE NA SEGUNDA ANALOGIA.....	42
4.3 O <i>NON SEQUITUR</i> KANTIANO.....	45
4.4 LEWIS WHITE BECK: DEFESA À ACUSAÇÃO DE <i>NON SEQUITUR</i>	47
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DE BECK SOBRE O PONTO DE VISTA DE STRAWSON.....	51
4.6 HENRY ALLISON: DEFESA CONTRA A ACUSAÇÃO DE <i>NON SEQUITUR</i>	53
5 AS CONDIÇÕES DA CAUSALIDADE COMO IDEIAS DA RAZÃO: OS (POSSÍVEIS) FUNDAMENTOS PARA O “MESMAS CAUSAS, MESMOS EFEITOS”	59
5.1 A MUDANÇA DETERMINADA PELA SÍNTESE DO ENTENDIMENTO E A SUA IRREDUTIBILIDADE AO PRINCÍPIO “MESMAS-CAUSAS-MESMOS-EFEITOS”	60
5.2 O ESTATUTO DA RAZÃO E DAS IDEIAS DA RAZÃO NO SISTEMA EPISTEMOLÓGICO KANTIANO.....	62
REFERÊNCIAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

David Hume, lista os tipos de relações que podem ser estabelecidas entre objetos. Entre elas, encontra-se a relação de causa e efeito. O problema – e a solução – que Hume identifica nessa relação, em especial, despertou a atenção de outro importante filósofo, a saber, Immanuel Kant. O tema permeou várias de suas discussões, e Kant dedicou boa parte do início de uma de suas obras (os *Prolegômenos*) para discutir sua inquietação com relação à questão que Hume colocou. O filósofo faz menção direta a Hume e suas teorias, sobretudo a problemática da natureza da representação das causas:

Hume partiu essencialmente de um único, mas importante conceito da metafísica, a saber, o da conexão de causa e efeito (juntamente com seus conceitos derivados de força e ação, etc.). Ele desafiou a razão, que pretende ter gerado esse conceito em seu regaço, a explicar-lhe com que direito julga que algo possa estar de tal modo constituído que, uma vez posto, alguma outra coisa também tivesse de estar posta necessariamente, pois isso é o que diz o conceito de causa. Ele provou de modo irrefutável que é inteiramente impossível para a razão pensar essa conjunção *a priori* por meio de conceitos, pois ela contém necessidade, e não se pode ver de nenhum outro modo como, do fato que algo exista, alguma outra coisa deva também necessariamente existir, e como, portanto, se poderia introduzir *a priori* o conceito dessa conexão. [...] Admito sem hesitar: a recordação de David Hume foi exatamente aquilo que, há muitos anos, primeiro interrompeu meu sono dogmático e deu uma direção completamente diversa às minhas investigações no campo da Filosofia especulativa (*Prolegômenos*, p. 28)

Como continua o próprio Kant, ele esteve longe de “dar ouvidos” às conclusões de Hume. No entanto, a problemática por ele apresentada (e citada acima) foi o motor inicial das investigações kantianas, despertando-o do dito “sono dogmático” sobre o problema geral da metafísica. Sendo assim, o primeiro passo deste trabalho será investigar, em linhas gerais, o ponto de vista de Hume sobre esse assunto. O objetivo é compreender de que modo ele fez o que Kant apresentou no fragmento de texto acima: como Hume desafiou a pretensão da razão de tomar conta desse tipo específico de relação entre objetos? Se não está fundamentada na razão, onde estará a base da relação de causa e efeito? De que modo ela se constitui?

Em seguida, serão apresentados os argumentos de Kant sobre o mesmo assunto, a saber: a causalidade. Ao investigar de modo mais detalhado a Segunda Analogia da Experiência, o objetivo é conseguir deixar claro o que exatamente Kant consegue deixar estabelecido com seus argumentos. Isso porque também serão analisados os argumentos de Peter Strawson, comentador que acusou Kant de ter cometido uma falácia lógica justamente no argumento exposto na Segunda Analogia. Saber, portanto, o que Kant deixou lá estabelecido fornece a base para a discussão desse impasse filosófico que Strawson acaba trazendo à tona.

Contudo, tal impasse fornece a ocasião para uma investigação mais profunda com respeito à causalidade nas teorias de Kant: ao procurar uma resposta para a acusação de Strawson (fundamentada nas teorias de dois comentadores: Henry Allison e Lewis Beck), encontrou-se uma premissa independente nos argumentos de Kant que, se bem fundamentada, poderia neutralizar a acusação de Strawson, além de dar um fechamento à argumentação kantiana. A busca por um horizonte de resposta ou fundamentação dessa premissa independente dos argumentos da Segunda Analogia chegou até as ideias da razão, cuja hipótese de um uso constitutivo delas parece ser uma boa candidata a fundamentar tal premissa. Nos capítulos que se seguem, essa trajetória será apresentada de modo mais detalhado, segundo a seguinte divisão: No primeiro capítulo serão apresentados os argumentos de Hume e os seus principais questionamentos sobre a causalidade, que serão de suma importância para as investigações que se seguem; no segundo capítulo, serão apresentadas as ideias de Kant sobre o assunto e com isso, qual o questionamento ou princípio ele conseguiu deixar estabelecido. Em seguida, haverá um capítulo que trata da acusação de *non sequitur* de modo mais detalhado: Em um primeiro momento, apresentando-a segundo os moldes de Peter Strawson e com duas tentativas de resposta a ela, elaboradas por Lewis Beck e Henry Allison. Por fim, o último capítulo desenvolve uma hipótese de resposta à acusação baseando-se no uso constitutivo das ideias da razão kantianas, tendo como referência os *Prolegômenos a toda Metafísica Futura* e o “Apêndice à Dialética Transcendental” da *Crítica da Razão Pura*.

20 “DESPERTAR DE UM SONO DOGMÁTICO”: O PROBLEMA DA CAUSALIDADE SEGUNDO HUME

O questionamento levantado por Kant nos *Prolegômenos*, exposto na introdução deste trabalho, também foi feito por Hume a respeito da definição de causa, a saber: qual é a explicação para que, dado um objeto, algum outro necessariamente se siga deste último? Visto que “não há nada em nenhum objeto capaz de nos persuadir de que ele está sempre distante de outro ou que os dois sejam sempre contíguos” (TNH, 1. 3, 2 § 2), como explicar nossas afirmações de que um objeto é a causa de outro, como se eles estivessem invariavelmente conectados?

O princípio da cópia é o ponto de partida desse questionamento e de toda a investigação que daí se segue com relação à definição de causa: como todas as ideias são cópias de impressões, qual será a impressão que corresponderia à ideia de causa? Existe alguma impressão que mostra que de fato, dois objetos estão invariavelmente conectados? Qual é, portanto, a origem da ideia de conexão necessária que acompanha todas as associações de ideia realizadas na forma de relações de causa e efeito? Para tentar responder essas perguntas, Hume lançará mão da experiência, porque somente por ela “descobrimos que essa sua relação [entre os objetos] é invariável, [...]e assim] concluímos haver uma causa secreta que os separa ou une”. (TNH, 1. 3, 2 § 2)

No entanto, com base apenas em impressões dos sentidos, é impossível concluir que dois objetos vinculam-se necessariamente por meio da relação de causa e efeito. Por meio dos sentidos, o que é percebido são apenas relações de contiguidade e sucessão desses objetos no tempo. Saber que dois objetos estão conjugados, e em uma relação de sucessão no tempo, ainda não é suficiente para proporcionar o conceito decisivo para promover a ligação que há entre eles: uma conexão necessária entre esses objetos. Objetos que se encontram em uma relação de causa e efeito parecem irremediavelmente conectados – e tal conexão parece ir além de meras contiguidades e sucessões no tempo, qualidades que são percebidas diretamente nos objetos. A conexão necessária não está no mesmo nível dessas qualidades, e justamente por ela

parecer ser decisiva para explicar a relação de causa e efeito, acaba tornando-se o alvo principal dos estudos de Hume sobre a causa: “Há uma CONEXÃO NECESSÁRIA a ser levada em consideração; e essa relação é muito mais importante que as outras duas anteriormente mencionadas” (TNH, 1. 3, 2 § 11). Desse modo, para explicar o que é a causação, faz-se necessário descobrir a natureza dessa conexão necessária que há entre esses dois objetos. Porém, já se sabe que a causa (e, por conseguinte a conexão necessária que está no cerne dessa relação) não pode ser descoberta pela mera observação dos objetos. Isso traz uma obscuridade tal para esse conceito que Hume desiste de enfrenta-lo diretamente. O filósofo procurará investigar a origem da ideia de conexão necessária de indireto, com base em dois questionamentos acerca da ideia de causação. São eles:

Em primeiro lugar, por que razão afirmamos ser necessário que tudo aquilo cuja existência tem um começo deva também ter uma causa?

Em segundo lugar, por que concluímos que tais causas particulares devem necessariamente ter tais efeitos particulares; e qual a natureza da inferência que fazemos daquela a estes, bem como da crença que depositamos nessa inferência?(TNH, 1. 3, 2 § 11-12).

Hume começa pela primeira questão, procurando investigar, então, a necessidade da causa. Para ele, embora essa questão seja tomada como certa (ainda que intuitivamente), ela não é tão simples quanto parece. Isso acontece porque não há como demonstrar que em todos os casos os objetos surgirão de acordo com esse princípio produtivo. “É fácil conceber que um objeto seja não-existente neste momento e existente no momento seguinte, sem juntar a ele a ideia distinta de uma causa ou princípio produtivo”.(TNH, 1. 3, 3 § 3) Logo, não há como provar a impossibilidade de um objeto surgir sem algum princípio produtivo e, por conseguinte, a necessidade de uma causa para cada novo estado dos objetos. A investigação que Hume procura empreender a partir dessa conclusão não deve, portanto, advir de raciocínios apriorísticos, mas da experiência:

É apenas pela EXPERIÊNCIA, portanto, que podemos inferir a existência de um objeto da existência de outro [...] Lembramo-nos de ter tido exemplos frequentes da existência de objetos de uma certa espécie; e também nos lembramos que os indivíduos de uma outra espécie de objetos sempre acompanharam os primeiros, existindo em uma ordem regular de contiguidade

e sucessão em relação a eles. Assim, lembramo-nos de ter visto aquela espécie de objetos que denominamos chama, e de ter sentido aquela espécie de sensação que denominamos calor. Recordamo-nos, igualmente, de sua conjunção constante em todos os casos passados. Sem mais cerimônias, chamamos a primeira de causa e à segunda de efeito, e inferimos a existência de uma da existência da outra. (TNH, 1. 3, 4 § 2)

A causalidade diz respeito, então, à inferência de um objeto a partir da percepção de outro com o qual mantém “uma conjunção constante em todos os casos passados”. Dito de outro modo, o que acontece quando se raciocina com base na relação de causa é que quando observamos a existência de um objeto, já inferimos a existência daquele outro contíguo ao primeiro, mesmo que ele não esteja diante dos olhos de quem o observa. Em um caso isolado, sem que o sujeito tenha tido impressões semelhantes desses mesmos objetos, nada permite que ele faça essa inferência. No entanto, com o acúmulo de observações desses objetos, se houver sempre contiguidade e sucessão entre eles, a sequência de impressões será absolutamente a mesma.

Assim, conforme avançamos, descobrimos sem querer uma nova relação entre a causa e o efeito, quando menos esperávamos, estando inteiramente envolvidos em outro assunto. Tal relação é a CONJUNÇÃO CONSTANTE. Contiguidade e sucessão não são suficientes para nos fazer declarar que dois objetos são causa e efeito, a não ser que percebamos que essas duas relações se mantêm em vários casos. (TNH, 1. 3, 6 § 3)

A conjunção constante pode ser entendida como o resultado das observações invariáveis de objetos em relações de contiguidade e sucessão. Após descobrir que dois objetos estão constantemente acompanhados um do outro, as suas percepções tornam-se distintas daquelas que proporcionavam quando os mesmos objetivos foram observados pela primeira vez e, assim, torna-se possível dizer que um é causa do outro. Nesse caso, a conjunção constante seria uma boa candidata a explicar a origem da ideia de conexão necessária e resolver os problemas relativos à relação de causa. No entanto, ele adverte:

Ela [a conjunção constante] implica nada mais que isto: objetos semelhantes têm se mostrado sempre em relações semelhantes de contiguidade e sucessão. [...]Da mera repetição de uma impressão passada, mesmo ao infinito, jamais surgirá uma nova ideia original, tal como a de uma conexão necessária. (TNH, 1. 3, 6 § 3)

Com essa afirmação, Hume traz a resolução do problema praticamente a estaca zero: a conjunção constante nada faz avançar no problema da descoberta da conexão necessária. Ela parece revelar apenas o que já era sabido por constatações da experiência: uma relação (agora, constantemente observada) de sucessão e contiguidade de objetos. O problema é que a ideia de conexão necessária vai além dessas relações, assume uma força modal superior, cuja origem parece estar para além dessas qualidades observadas nos próprios objetos. Se assim não fosse, somente perceber essa conjunção constante seria o suficiente para definir a natureza dessa conexão. Contudo, a advertência de Hume não deixa dúvidas: a conexão necessária está para além delas, para além do que percebemos estar em conjunção constante. A conexão necessária é que parece tornar possível a crença em estados e objetos que estão para além dos sentidos e da memória, justamente por permitir que seja possível inferir a existência de um objeto a partir de outro. Contudo, Hume chega a uma nova e surpreendente conclusão sobre esse assunto: “Talvez acabemos descobrindo que, em vez de a inferência depender da conexão necessária, é a conexão necessária que depende da inferência”. (TNH, 1. 3, 6 § 3)

A inferência torna-se, assim, o fator fundamental para que se caminhe em direção do esclarecimento da origem e do fundamento da ideia de conexão necessária. Por isso, é necessário reconstruir os passos de Hume no esclarecimento da natureza dessa inferência, o porquê ela acontece e que de modo proporciona a impressão correspondente à ideia de conexão necessária. Já se sabe que sua via principal de acesso é a experiência. Também já sabemos que sua observação constante coloca sempre diante dos olhos dois objetos nas mesmas relações de contiguidade e sucessão. Isso, por sua vez, revela uma conjunção constante entre eles: “A ideia de causa e efeito é derivada da experiência, que nos informa que tais objetos particulares, em todos os casos passados, estiveram em conjunção constante um com o outro”. (TNH, 1. 3, 6 § 7)” Contudo, saber que um objeto sempre esteve sob as mesmas relações invariavelmente, no passado, não é suficiente para que se possa assegurar que no futuro também será assim. Desse modo, por mais que se tenha observado, todos os dias, que o sol nasceu em todas as manhãs, não é possível afirmar seguramente que ele nascerá amanhã. O contrário dessa afirmação é perfeitamente

possível, tal como é característico a qualquer questão de fato sobre objetos no mundo. Nisso consiste o problema da indução: a conjunção constante entre objetos é insuficiente para fundamentar a inferência que se faz na passagem de um objeto a outro, pois para fundamentar essa inferência seria preciso lançar mão de um princípio de regularidade – que assegurasse que o futuro deva ser idêntico ao passado – para cuja fundamentação seria necessário recorrer à experiência, retornando assim ao ponto de partida da investigação.

No entanto, objetos que sempre existiram conjuntamente e que nunca foram observados separados no passado (que estão, portanto, em conjunção constante), são parte importante do que constitui a ideia de causa e efeito. Então, por mais que a noção de conjunção constante não fundamente a tão procurada conexão necessária, ela ainda permite alguns avanços com relação a isso. Por consequência, por intermédio da conjunção constante, as ideias dos objetos observados acabam se unindo na imaginação. Sendo assim, quando a impressão de um objeto se torna presente, imediatamente se passa à ideia do outro, seu sucessor. Passa-se de uma impressão presente para uma ideia. Essa passagem é a própria inferência referida acima.

Esgotadas todas as possibilidades de fundamentar a conexão necessária e a inferência a ela associada em outras relações (contiguidade, sucessão ou conjunção constante) ou em recursos da razão independentes da experiência, Hume assevera que o único princípio capaz de promover essa transição é o hábito:

Essa transição de pensamento da causa para o efeito não procede da razão, mas deriva sua origem inteiramente do hábito e da experiência. E dado que se inicia com um objeto presente aos sentidos, ela torna a ideia ou concepção da chama mais forte e vívida do que o fatia um devaneio solto e vacilante da imaginação. Essa ideia surge de imediato; o pensamento move-se instantaneamente em sua direção e lhe comunica toda aquela força de concepção derivada da impressão presente aos sentidos. (IEH, 5, 2 §20)

O hábito de observar tais objetos sempre em conjunção constante faz com que a ideia que se siga da impressão que está presente aos sentidos seja tão vívida como se fosse praticamente o próprio objeto que se apresentasse contiguamente ao primeiro. As relações entre ideias construídas apenas pela imaginação não têm essa vivacidade característica e, por isso, estão impedidas de alcançar a mesma credibilidade típica das

ideias habitualmente associadas devido à conjunção constante de objetos. Por mais que não se possa demonstrar que o futuro será semelhante ao passado, o hábito permite que se possa, ao menos, acreditar nisso. O hábito produz indiretamente a crença daqueles mesmos objetos que estiveram sempre em conjunção no passado. Será, portanto, o hábito o princípio que produz e fundamenta as inferências acerca de um efeito particular que se segue de determinada causa. É justamente o hábito que permite que se infira que há fogo em um local que está rodeado por fumaça; que a bola de bilhar irá seguir em frente e não recuará quando atingida por outra; que o carro se movimentará quando alguém pisar no acelerador:

Parece então que essa ideia de conexão necessária entre acontecimentos surge de uma multiplicidade de casos assemelhados de ocorrências de acontecimentos em constante conjunção, e essa ideia nunca poderia ter sido sugerida por nenhum desses casos em particular, ainda que examinado sob todos os possíveis ângulos e perspectivas. Mas não há, numa multiplicidade de casos, nada que difira de cada um dos casos individuais, os quais se supõe serem exatamente semelhantes, a não ser que, após uma repetição de casos semelhantes, a mente é levada pelo hábito, quando um dos acontecimentos tem lugar, a esperar seu acompanhante habitual e a *acreditar* que ele existirá. (IEH, 7, 2 §28, grifo nosso)

Ao que parece, o hábito e a crença que acaba sendo gerada por ele fazem avançar na resposta sobre a investigação da natureza da conexão necessária. O que acontece é que, quando uma impressão se apresenta aos sentidos (e isso é absolutamente necessário para que se faça a transição para a ideia da impressão que se segue), o hábito que a ideia seguinte alcance o mesmo grau de vivacidade de uma percepção. Essa ideia mais vívida e intensa em nada se distingue daquelas que são genuínas cópias de impressões. O hábito faz com que se acredite na ideia do efeito, com que ela seja digna de crença. Desse modo, por meio do hábito, torna-se possível esperar (agora, não arbitrariamente), que as experiências futuras se assemelhem ao passado. É certo que ainda não é possível afirmar categoricamente essa proposição. Contudo, o hábito já torna possível, ao menos, que se acredite nisso, que essa seja uma proposição digna de crença com relação às próximas experiências: “Podemos observar, em primeiro lugar, que a suposição de que o futuro se assemelha ao passado não está fundada em nenhum tipo de argumento, sendo antes derivada inteiramente do

hábito, que nos determina a esperar, para o futuro, a mesma sequência de objetos a que nos acostumamos”. (TNH, 1. 3, 12 § 9)

Assim sendo, o hábito e as inferências parecem ser os principais – e, agora, também os únicos – candidatos a fundamentos da ideia de conexão necessária: “A conexão necessária entre causas e efeitos é o fundamento de nossa inferência daquelas a estes, ou reciprocamente. O fundamento de nossa inferência é a transição resultante da união habitual. A conexão necessária e a transição são, portanto, a mesma coisa.” (TNH, 1. 3, 14 § 21)

Sendo assim, o hábito e as crenças parecem ser os responsáveis por esse salto que torna a conexão necessária algo que não está fundamentada nos objetos; mas agora, na natureza humana. A crença depositada no que seria o efeito de determinada causa já aponta esse caráter subjetivo da inferência, que advém da natureza do que são as crenças:

Quando um objeto se apresenta à nós, ele imediatamente traz à mente uma ideia vívida daquele objeto que geralmente o acompanha; e essa determinação da mente forma a conexão necessária entre esses objetos. Mas quando deslocamos o ponto de vista dos objetos para as percepções, a impressão deve ser considerada a causa, e a ideia vívida, o efeito; e sua conexão necessária é essa nova determinação que sentimos a passar da ideia de um à do outro. (TNH, 1. 3, 14 § 29)

A propensão causada pelo hábito é que permite que se faça a passagem da impressão de um objeto à ideia daquele que o segue. O hábito proporciona um deslizar da imaginação de uma ideia a outra, que produz a impressão correspondente à ideia de conexão necessária. A crença, por sua vez, nada mais é do que uma ideia com um alto grau de assentimento. E tal assentimento depende do grau do hábito – quanto maior o hábito, maior o grau da inferência, e tanto maior a crença na ideia do efeito, produzido pela impressão da causa. Podemos entender o hábito como uma espécie de “potencializador” da inferência, e assumindo esse caráter, pode-se compreendê-lo como o responsável por estruturar a inferência causal. Sem ele, não há inferência.

Agora é possível retomar a questão colocada no início deste capítulo, já em condições de fornecer sua resposta: Qual é a impressão correspondente à ideia de causa? Nos termos de Hume, essa impressão nada mais é do que o produto da

inferência: uma impressão produzida a partir da passagem feita internamente pela imaginação do objeto apresentado aos sentidos para a ideia do objeto conjugado constantemente a ele.

3A SEGUNDA ANALOGIA DA EXPERIÊNCIA DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*: A DIFERENÇA ENTRE “PARA-TODO-EVENTO-ALGUMA-CAUSA” E “MESMAS-CAUSAS-MESMOS-EFEITOS”

Depois de percorrer de maneira breve os argumentos de Hume sobre a questão das causas, o próximo passo será investigar qual foi o posicionamento de Kant sobre esse assunto. Sabemos que ele não trilhou o mesmo caminho que Hume, ao trabalhar esse tema. Nesse capítulo, procuraremos discutir os argumentos de Kant em seu comentário mais longo sobre a causalidade dentro da primeira *Crítica*, a saber, na Segunda Analogia da Experiência. Contudo, antes de iniciarmos o trabalho de levar essa tarefa a cabo, apresentaremos qual será o percurso feito por nós até o fim deste capítulo: Em primeiro lugar, apresentaremos a diferença de princípios que permeia a discussão de causalidade, iniciada por Hume. Essa diferença será sempre o pano de fundo de nossa discussão, tanto na análise dos argumentos kantianos quanto nos argumentos de Strawson. Depois disso, voltaremos nosso olhar para o conceito de mudança, conforme ele foi apresentado no início da Segunda Analogia. Procuraremos aclarar qual é o seu estatuto, visto que ele é fundamental ao discutir a causalidade. Para melhor esclarecer o conceito de mudança e também o de causalidade, discorreremos sobre o estatuto do tempo, visto que o conceito de mudança envolve essa noção em sua definição. Feito isso, procuraremos analisar como os estados que se sucedem em uma mudança são determinados diversamente pela faculdade de imaginação e pelos conceitos do entendimento.

Feita essa apresentação, seguimos para a análise da diferença entre os princípios referidos no título desta seção. Teremos que ter essa discussão sempre em mente, visto que ela será fundamental para esclarecer quais foram os propósitos de Kant na Segunda Analogia. Ela também será fundamental para que possamos compreender o alcance da acusação de *non sequiture* suas possíveis respostas. Basicamente, partiremos da premissa que a diferença entre “para-todo-evento-alguma-causa” e “mesmas-causas-mesmos-efeitos” decorre da investigação inaugurada por

Hume, discutida no capítulo anterior, que lançou duas questões fundamentais sobre causas e efeitos, qual seja:

- 1) Porque tudo o que começa a existir deve ter uma causa? E
- 2) Porque, das mesmas causas, seguem-se os mesmos efeitos?

Hume procurou responder a essas duas perguntas, lançando mão do conceito de hábito. Kant, porém, não fez o mesmo caminho. Nas seções que se seguem, procuraremos analisar com detalhes seus argumentos principais ao longo da Segunda Analogia a fim de esclarecer qual dos princípios ele consegue deixar estabelecido com seus argumentos. Nosso objetivo é mostrar que, na Segunda Analogia, Kant pretende estabelecer apenas que “para-todo-evento-alguma-causa”.

3.10 CONCEITO DE MUDANÇA

O princípio enunciado logo no início da Segunda Analogia e o princípio retomado da Primeira Analogia já nos dão muitos elementos para o ponto de partida de nossa análise. São eles, respectivamente: “Todas as mudanças acontecem de acordo com o princípio de ligação da causa e efeito” (CRP, B232), e “Todos os fenômenos da sucessão temporal sejam, em conjunto, apenas mudanças, isto é, um ser e não-ser sucessivos das determinações da substância que permanece” (CRP, B233). Notemos que tanto no princípio que Kant procurará provar da Segunda Analogia em diante quanto no que retoma da Primeira Analogia, Kant utiliza o conceito de mudança. E ele é de fundamental importância para compreendermos a teoria kantiana da causalidade.

Ao pensar na noção de mudança, podemos relacioná-la a uma variação: de estados, de tempo, de objetos. No contexto kantiano, já no início da Segunda Analogia, fica estabelecido que “toda a variação (sucessão) dos fenômenos é apenas mudança” (CRP, B233). Então, deve-se entender que a mudança nada mais é do que uma sucessão de estados dos fenômenos, ou seja, algo que não era antes passa a ser, ou vice-versa. Com base nas conclusões da Primeira Analogia, sabemos que essa alteração nos estados dos fenômenos não se realiza como se algo surgisse ou

desaparecesse absolutamente: a substância por detrás do fenômeno sempre permanece; sendo então a mudança variações da mesma substância, isto é, sucessões de estados em um mesmo sujeito. Também sabemos, ainda que intuitivamente, para que qualquer juízo acerca de uma mudança faça sentido é fundamental que um estado tenha acontecido antes e o outro, depois. Isso quer dizer que "antes" e "depois" significam que seus estados correspondentes ocorreram de modo sucessivo. Com base nisso, Kant sustenta que qualquer sucessão nos fenômenos deve sempre ser representada como uma mudança. São, portanto, dois estados, que presumidamente ocorrem no mesmo sujeito ou, o que é o mesmo, na mesma substância, pois, embora haja aí uma variação, algo permanece: “O conceito de mudança pressupõe o mesmo sujeito com duas determinações contrapostas enquanto existente, por conseguinte enquanto permanente” (CRP,B233).

3.20 ESTATUTO DO TEMPO

A seção anterior nos mostrou que o conceito de mudança pressupõe que haja dois estados: um anterior, que é distinto em relação ao outro, seu sucessor. Também já se sabe que, quando se trata de uma sucessão, um estado ocorre antes e o outro, depois. Percebe-se, então, que essa variação de estados não é apenas diversa, mas também se sucede no tempo. Existia um estado anterior e algo diferente dele sobreveio logo a seguir, de tal modo que são genuínos estados sucessivos. Desse modo, “as representações das partes sucedem-se umas às outras”(CRP,A196/B235). Isso nos leva a entender que, em uma mudança de estado, duas percepções tornam-se conectadas no tempo. A conexão entre estados diversos e sucessivos requer, então, o tempo, visto que a sucessão pressupõe, justamente, essa distinção entre estados e, concomitantemente, uma conexão temporal entre eles. Vejamos, então, qual é o estatuto do tempo para Kant, a fim de compreender melhor algumas características que serão relevantes para os nossos propósitos. Para isso, retornaremos à Estética Transcendental, com o objetivo de destacar algumas características do

tempo enquanto ele ainda é forma da sensibilidade¹. Faremos isso seguindo os passos propostos por Kant na Estética, comentando os pontos mais relevantes para o nosso trabalho:

a) o tempo é anterior a qualquer experiência.

Qualquer percepção que um sujeito tenha ocorre no espaço e no tempo. Essas duas formas da sensibilidade são condições de possibilidade para qualquer afecção. Sendo assim, somente sob a pressuposição de ambas é possível ter experiência de qualquer objeto. No caso específico do tempo, “nem a simultaneidade nem a sucessão surgiriam na percepção se a representação do tempo fosse o seu fundamento *a priori*” (CRP, A30/B46). Para Kant, essas condições de possibilidade não poderiam resultar da experiência, porque são justamente elas que a determinam. Então, perceber os objetos como dispostos no tempo (como, por exemplo, existindo simultânea ou sucessivamente) só é possível porque o tempo como forma da sensibilidade, já está dado *a priori*.

b) o tempo é subjacente a todas as intuições.

O ponto anterior nos mostrou que o tempo, nesse caráter inicial, é pressuposto para qualquer experiência. Então, justamente por ter esse caráter, ele só pode ser dado *a priori*. Desse modo, poderíamos suprimir todos os fenômenos do tempo, mas o próprio tempo, não. “Não se pode suprimir o próprio tempo em relação aos fenômenos em geral, embora se possam perfeitamente abstrair os fenômenos do tempo” (CRP, A30/B46). O que se pode entender dessa consideração de Kant é que o tempo, justamente por ser condição de possibilidade do conhecimento dos fenômenos, ele deve ser dado de modo anterior a eles.

c) O tempo é uno.

¹ Ao fazermos uma análise do estatuto do tempo valendo-se da Estética Transcendental, é importante ressaltar que o tempo, nesse passo, ainda é forma da sensibilidade: isso quer dizer que ele é condição de possibilidade para qualquer experiência que o sujeito possa ter. Tempo e espaço enquanto formas da sensibilidade servem como uma espécie de pano de fundo para o múltiplo que advém dos sentidos: sem eles não há como ter qualquer tipo de experiência, visto que eles são a forma pela qual se recebe o material advindo da sensibilidade.

O tempo tem uma única dimensão, ou seja, o tempo é uno. Disso resulta que o tempo tem que ser representado, inicialmente, como uma totalidade. Então, na condição de forma da sensibilidade, a representação do tempo tem uma natureza indivisa, mesmo que a seguir essa unidade originária seja distinguida em partes sucessivas. Contudo, sabemos que para, representar uma mudança de estados, o tempo deve estar particionado, de modo a determinar os estados antecedente e precedente. Como funciona o processo de compreensão/ inteligibilidade dessa forma peculiar de representação, veremos adiante.

d) o tempo não é um conceito universal, mas uma intuição pura.

Isso significa que o tempo não é de natureza discursiva, mas sim intuitiva. Apenas desse modo pode ser inteligível que tempos diferentes sejam “unicamente partes de um mesmo tempo” (CRP, A31/B47), que portanto deve ser representado como totalidade em si mesma. Então, quando Kant afirma que “tempos diferentes são partes do mesmo tempo”, o que se quer dizer é que cada percepção faz uma espécie de “recorte” no tempo: para que cada uma possa ter lugar num tempo determinado, elas devem ser representadas em “tempos diferentes”, em termos kantianos. Também lembremo-nos que a apreensão dos fenômenos é sempre sucessiva. Nesse cenário, é possível pensarmos em vários fenômenos sendo apreendidos sucessivamente, cada um em um “recorte” de tempo. Ainda sobre esse assunto, Kant também afirma que “A representação que só pode ser dada por um único objeto é, porém, intuição”. Então a intuição de tempo se refere a um tempo uno, que deve ser dado de uma só vez e não por qualquer ação sintética do entendimento.

Conceitos têm por característica referirem-se ao que é mais geral. A generalidade dos conceitos decorre do fato de que conceitos incorporam suas respectivas extensões como genuínas partes, de tal modo que a generalidade incorporada aos conceitos deve ser representada como constituída pela reunião das partes contidas em suas respectivas extensões. Em outras palavras, nos conceitos, as partes precedem o todo; ao passo que, na intuição, o todo precede as partes. É justamente essa generalidade própria da representação conceitual que contrasta com a necessária unidade original do tempo. Desse modo, a intuição é a única espécie de

representação capaz de traduzir o que é essencial ao tempo. Isso é o que se requer sempre que for necessário representar o tempo como infinito:

A infinitude do tempo nada mais significa que qualquer grandeza determinada do tempo é somente possível por limitações de um tempo único, que lhe serve de fundamento. Portanto, a representação originária do tempo terá de ser dada como ilimitada. Sempre que porém, as próprias partes e toda magnitude de um objeto só possam representar-se de uma maneira determinada por limitação, a sua representação integral não tem que ser dada por conceitos (pois esses só contêm representações parciais), é preciso que haja uma intuição imediata que lhes sirva de fundamento (CRP,A32/B48).

Pelo que vimos na citação acima, toda magnitude determinada só é possível mediante um tempo uno, e essa representação originária deve ser de algo ilimitado, cujas partes sejam construídas por limitação. Podemos compreender por essas partes os conceitos, que assim seriam representações parciais de uma representação anterior, una e infinita. Esses conceitos são representados por limitação, ou seja, não são nada mais do que determinações ou partições de um tempo único. Predicados temporais tais “agora”, “antes”, “depois” são exemplos de conceitos temporais.

Por essas considerações, vê-se que um conceito não pode representar uma infinitude: um conceito de algo infinito exigiria uma mente capaz de percorrer toda a sua extensão, reunindo num único todo as suas diversas partes, o que, se tratando de uma extensão infinita, seria humanamente impossível. Toda representação produz inevitavelmente uma unidade sintética; apenas uma representação intuitiva pode ter como resultado uma unidade analítica, isto é, aquela na qual o todo precede as partes. O tempo, enquanto tem esse caráter uno, é uma unidade analítica. Porém, para que ele seja algo cognoscível, ele precisa ser particionado. A representação da limitação do tempo é o que torna possível que ele seja compreendido. Nesse caso, ele torna-se uma unidade sintética, algo que passou por uma síntese para tornar-se inteligível. E essa síntese tem relação com o fenômeno, visto que a determinação do tempo (como veremos adiante), nada mais é do que a incorporação dele ao fenômeno, ao serem fixadas as posições nas quais ocorreu a série, determinadamente.

Com isso destacamos duas características do tempo, enquanto forma da sensibilidade: sua unicidade (o que imprime a ele um caráter de intuição) e sua anterioridade a qualquer experiência. Ao reunir essas duas características, podemos concluir que a intuição do tempo só pode ser uma intuição pura, que serve de base para todas as outras intuições empíricas que sobrevirão. O tempo enquanto essa *intuição a priori* não pode ser compreendida pelo sujeito, pois, como já visto é uno e anterior a qualquer experiência, o que mostra que ele em si mesmo é algo inacessível à compreensão.

3.3 O MÚLTIPLO E SUA RELAÇÃO COM O TEMPO

Conforme já vimos, o conceito de mudança pressupõe a sucessão dos fenômenos. Mas Kant afirma que a sucessão não está só na mudança no âmbito do fenômeno: o modo como o sujeito apreende todo e qualquer fenômeno também é sempre sucessivo². Esse novo elemento, a saber, a sucessão no âmbito da apreensão acaba trazendo à tona um problema: como distinguir a sucessão enquanto uma determinação objetiva (do fenômeno) e enquanto uma determinação subjetiva (do sujeito)?

O caráter inescapavelmente sucessivo da percepção impõe-nos que a matéria advinda da sensibilidade imediatamente não possa ser percebida como um único objeto, completo. Na percepção, ocorrem ao sujeito várias afecções simultâneas ou sucessivas; porém, nada disso ainda constitui um objeto ou é determinado como um objeto. Quando se experimenta, por exemplo, uma maçã, apreende-se várias qualidades de forma desconexa: a cor vermelha, o formato esférico, o gosto doce, o cheiro ligeiramente ácido etc. Não há qualquer qualidade dada na própria percepção que nos faça relacionar todas as demais qualidades a uma maçã, isto é, a um único e mesmo objeto. Para isso, exige-se alguma faculdade que promova a síntese, a relação dessas qualidades ou propriedades entre si. Por força dessa faculdade sintética, essas qualidades tornam-se inteligíveis, como propriedades de um único e mesmo objeto para

² Vide B234, onde Kant afirma que “a apreensão do diverso dos fenômenos é sempre sucessiva”.

o sujeito que as apreendeu; para que, como dito no exemplo, o sujeito possa reportar aquela diversidade de qualidades a uma mesma maçã.

Já sabemos, então, que para essa matéria que está ainda desorganizada faça sentido para quem a percebe, faz-se necessária alguma faculdade que promova a síntese dessas propriedades percebidas. Também já sabemos que as percepções do sujeito, assim que recebidas por meio da sensibilidade, não se constituem em conhecimento. Por outro lado, a percepção dos fenômenos é sempre sucessiva. Desse modo, o conhecimento desses fenômenos percebidos envolve o tempo. Uma mudança de estados nada mais é do que a percepção de dois estados sucessivos de um mesmo objeto, estados esses distintos entre si, mas conectados no tempo. Porém, o tempo, enquanto intuição pura, também não pode ser percebido ou conhecido em si mesmo, justamente por ser anterior a qualquer experiência. Além disso, do mesmo modo como ocorre com tudo o que advém da sensibilidade, o tempo também é um múltiplo, conectado a cada percepção sucessiva. Sendo assim, tanto o múltiplo sensível quanto o múltiplo temporal exigem uma ordenação para que sejam compreendidos. Esse ordenamento, para Kant, recebe um nome específico: “a espontaneidade do nosso pensamento exige que este diverso seja percorrido, recebido e ligado de determinado modo para que se converta em conhecimento. A este ato dou o nome de síntese” (A76/B102).

Nesse passo, vale ressaltar que deve haver uma primeira síntese implícita ao próprio tempo. Afinal, o tempo é primordialmente uno. Todavia, como dissemos, não se trata ainda de uma unidade sintética e, portanto, ao menos do ponto de vista conceitual, o que temos é apenas um diverso temporal. Isso se liga também ao fato de os objetos serem percebidos de modo sucessivo. Essa sucessão intrínseca à percepção também não deixa de ser uma síntese inicial. Porém, essa síntese tampouco tem estatuto conceitual e, sendo assim, não é suficiente para conferir objetividade à sucessão que dela resulta. Para isso, há a necessidade de outra faculdade que unicamente possibilitará que seja determinada como objetiva a sucessão em que espontaneamente disponho os conteúdos da percepção.

O caráter pré-conceitual dessa síntese inicial fica patente nesta passagem da Dedução Transcendental das Categorias, onde Kant se dedica a esclarecer a questão do múltiplo e da síntese:

Antes de toda a análise das nossas representações, têm estas de ser dadas primeiramente e nenhum conceito pode ser de origem analítica quanto ao conteúdo. Porém, a síntese de um diverso (seja dado empiricamente ou *a priori*) produz primeiro um conhecimento, que pode aliás de início ser ainda grosseiro e confuso e portanto carecer da análise; no entanto, é a síntese que, na verdade, reúne os elementos para os conhecimentos e os une num determinado conteúdo.(CRP,A78/B103).

Então, para que se converta em conhecimento, esse conteúdo que é apreendido necessita de síntese. Observa-se que uma primeira síntese produz um conhecimento que inicialmente é confuso (a própria síntese proporcionada pela imaginação – veremos adiante –desempenha essa função de síntese inicial e não determinada), e como Kant afirma, produz um “certo conteúdo”, ainda necessitando de análise. Isso mostra a necessidade de haver outra faculdade que determinará esse conteúdo “tosco e confuso”, convertendo essa síntese num objeto determinado, com um conteúdo determinado.

Representar uma mudança, como já sinalizado anteriormente, exige uma conexão objetiva entre dois estados. Os dois estados precisam estar determinados objetivamente para que possamos conhecê-los como genuinamente sucessivos. No entanto, a intuição não nos dá nenhum conhecimento de tal conexão objetiva. Sendo assim, é necessário que haja uma síntese feita por outra faculdade, de modo a transformar esse conteúdo trazido pela intuição. “A síntese em geral(...), é um simples efeito da capacidade de imaginação, função cega, embora imprescindível, da alma, sem a qual nunca teríamos conhecimento algum, mas da qual muito raramente temos consciência” (A78/ B103). Então, ao que parece, a faculdade de imaginação tem um papel importante no caminho para a objetividade requerida para a representação das mudanças. Nossos próximos passos serão de investigar mais detalhadamente essa faculdade e qual é a sua função no contexto da teoria da causalidade kantiana.

3.4A CAPACIDADE DE IMAGINAÇÃO

A capacidade de imaginação pode ser entendida como uma faculdade que tem um status intermediário, porque ela está entre a sensibilidade e o entendimento. Esse caráter se deve ao fato de que é ela a responsável por fazer a primeira síntese do que é dado pela sensibilidade, mas por outro lado, está “abaixo” do entendimento porque como sua síntese é primária, é preciso ter a ação do entendimento para tornar as coisas inteligíveis. No entanto, mesmo que a faculdade de imaginação assuma um caráter coadjuvante na determinação objetiva dos fenômenos que estão em sucessão, seu papel merece ser destacado. Como afirma Kant, o tempo não pode ser percebido em si mesmo. Não há como fazer qualquer apreensão do tempo como se ele fosse um objeto da nossa intuição. Também por isso, não podemos fixar no tempo a posição de cada fenômeno relativo a ele, pois sequer o percebemos. Somado a isso, existe uma apreensão que é dada na experiência, multiplamente, diversamente. Assim, são dois múltiplos, ambos necessitando de organização para tornarem-se objetos cognoscíveis: o que nos é dado externamente por meio da sensibilidade e o que nos é representado internamente mediante as diversas partições possíveis do tempo enquanto forma da intuição. Trata-se de um duplo múltiplo ou um único múltiplo de natureza dupla: um empírico e outro *a priori*. Há o múltiplo empírico da intuição sensível e há o múltiplo *a priori* das determinações possíveis da simples forma dessa intuição.

A função da imaginação, de um lado, é reunir esse múltiplo da apreensão e sintetizá-lo. Ela conecta todo o múltiplo, reunindo-o em um mesmo objeto. Desse modo, a imaginação promove uma espécie de conexão dos objetos. Porém, essa conexão ainda não está acabada, terminada. No plano da imaginação, o problema da objetividade ainda não está resolvido.

A seqüência, porém, não é de modo algum determinada na imaginação, quanto à ordem (quanto ao que deva preceder e quanto ao que deva seguir) e a série das representações sucessivas tanto pode ser considerada de *trás para diante* como de *diante para trás*. (CRP, A201/B246, grifo nosso)

As ênfases mostram exatamente o que é preciso explicitar: o caráter reversível da síntese promovida pela capacidade de imaginação. A síntese da imaginação fixa os

dois estados com relação ao tempo, convertendo-os em estados sucessivos. Porém, o tempo ainda não está, por isso mesmo, determinado. Ela opera sobre o múltiplo sensível, reunindo-o de modo que se constituam em objetos que se sucedem no tempo, mas ainda de modo reversível. A imaginação simplesmente conecta os dois estados, ordenando-os conforme lhe aprouver, sem ser constrangida por nenhum limite ou regra para dispor os estados sucessivos numa ordem determinada. Sendo assim, a série produzida pela síntese da imaginação é perfeitamente reversível, nesse passo. Não há nenhum constrangimento objetivo tanto na apreensão inicial do fenômeno quanto na síntese feita pela imaginação; a regra imposta por ela é absolutamente subjetiva.

Mas, além disso, há um múltiplo temporal que necessita ser também determinado. Ao conectar os dois estados empiricamente dados, a imaginação também realiza uma primeira determinação ao tempo, o que seria impossível se a representação do tempo não ultrapassasse o estatuto de uma intuição pura: cada novo estado determina nova partição do tempo e a imaginação se encarrega de promover uma primeira conexão pré-conceitual entre elas. Porém, a imaginação não determina a ordem desses estados: nela as representações são sempre sintetizadas sucessivamente, mas a sequência não é ainda determinada.

Portanto, tenho apenas consciência de que a minha imaginação situa um antes e outro depois, e não que no objeto um estado preceda o outro; por outras palavras, pela simples percepção fica indeterminada a relação objetiva dos fenômenos que se sucedem uns aos outros (CRP, B 233/34).

Nessa passagem, Kant insere o elemento central para nossos propósitos: a relação objetiva dos fenômenos que se sucedem. Já vimos que, embora a imaginação promova uma primeira síntese, ela o faz de modo que a sucessão seja reversível. Sendo assim, a relação objetiva dos fenômenos não é conhecida. Em outras palavras, a sucessão deles ainda é indeterminada. Isso acontece porque a síntese da imaginação representa somente uma relação contingente entre as percepções do sujeito, não sendo a promotora dessa relação objetiva entre os fenômenos. Contudo, para que se conheça a relação entre os dois estados dos fenômenos, a relação entre eles deve ser pensada de maneira que esteja determinada. A partir dessa determinação, fica claro qual é o estado que precede e qual é o que sucede. Veremos, na próxima seção,

quem será o promotor dessa objetividade, dessa relação determinada entre os fenômenos da percepção.

3.5A DETERMINAÇÃO DA SÍNTESE

Antes de prosseguirmos com nossa análise, e com a ajuda de Kant, façamos uma retomada de tudo o que vimos até agora:

Percebo que os fenômenos se seguem uns aos outros, isto é, que há um estado de coisas em certo tempo, enquanto havia o seu contrário no estado precedente. Na verdade, ligo duas percepções no tempo. Ora a ligação não é obra do simples sentido e da intuição, mas é aqui o produto duma faculdade sintética da imaginação, que determina o sentido interno, no referente à relação de tempo. A imaginação, porém, pode ligar os dois estados de duas maneiras, conforme dê precedência a um ou a outro no tempo, porque o tempo não pode ser percebido em si mesmo, mas é em relação a ele que se pode determinar no objeto, mais ou menos empiricamente, o que precede e o que se segue. Portanto, tenho apenas consciência de que a minha imaginação situa um antes e outro depois, e não que no objeto um estado preceda o outro; por outras palavras, pela simples percepção fica indeterminada a relação objetiva dos fenômenos que se sucedem uns aos outros.” (CRP,B234)

Kant enuncia de início, o ponto de partida de nossa discussão e que será retomado daqui por diante: a mudança. A sucessão fenomênica nos termos citados acima nada mais é do que mudanças acontecendo. Esses estados que mudam e que são distintos entre si, para que se tratem de uma mudança genuína, requerem uma conexão temporal determinada. Essa conexão temporal determinada é o que permitirá saber qual dos estados veio antes e qual depois. Como dito na citação, inicialmente ela é produto da faculdade de imaginação, mas ainda de modo arbitrário: com relação ao tempo, ela ainda não determina qual é o estado antecessor e qual é o sucessor. Sendo assim, a relação objetiva acaba por ficar indeterminada. Não podemos dizer, nessas condições, que algo necessariamente mudou. É preciso que haja outra faculdade, outra etapa que promova essa determinação temporal, e que garanta essa objetividade requerida para haja de fato, uma mudança:

Para que esta relação seja conhecida de maneira determinada, a relação entre os dois estados tem de ser pensada de tal modo que, por ela, se determine

necessariamente qual dos dois deve ser anterior e qual posterior e não vice-versa. Porém, o conceito, que implica uma necessidade de unidade sintética, só pode ser um conceito puro do entendimento, que não se encontra na percepção e é aqui o conceito da relação de causa e efeito, em que a causa determina o efeito no tempo, como sua consequência, e não como algo que simplesmente pudesse ter precedência na imaginação (ou, nem sequer fosse de modo algum percebido). Assim, pois, porque submetemos à lei da causalidade a sucessão dos fenômenos e, por conseguinte, toda a mudança, é que é possível a própria experiência, ou seja, o conhecimento empírico dos fenômenos; por consequência, não são eles próprios possíveis, como objetos da experiência, a não ser segundo essa lei. (CRP, B234)

Kant não poderia ser mais explícito a respeito de a quem cabe converter essa síntese subjetiva em objetiva: a faculdade que faria essa segunda síntese não poderia estar na própria experiência, senão seria tão contingente quanto ela; logo, só pode ser um conceito puro do entendimento, algo que é anterior a qualquer experiência. E a categoria responsável por isso é a de causalidade, conferindo irreversibilidade às sucessões temporais e, assim, determinação ao tempo. Por ser um conceito do entendimento, pode promover o fechamento da síntese iniciada com a imaginação. A síntese, assim integralizada, difere estruturalmente daquela proporcionada pela imaginação, pois além de irreversível, é determinada e, por isso, determinante também da série de fenômenos. Essa segunda síntese, por determinar tanto a sucessão temporal quanto os fenômenos da experiência, torna possível todo o conhecimento empírico dos fenômenos. Dito de outro modo, a ação do entendimento permite determinar objetivamente qual estado veio antes e qual depois, tornando possível a experiência e o conhecimento objetivo de toda mudança.

A regra de causa e efeito é universal e necessária e, por isso, deve ser anterior a toda a experiência. Conforme diz Kant em CRP, B226, se é uma regra que deve conferir irreversibilidade à ordem das representações, ela não pode estar na fonte das representações (a experiência), mas deve ser anterior a ela. Nesse caso, somente um conceito do entendimento pode satisfazer essa função, um conceito que não seria outro que o conceito de causa e efeito. E a ação desse conceito do entendimento, dessa regra da causalidade, muda completamente o status do que é apreendido como mera intuição ou sintetizado pela imaginação. A sucessão, que antes poderia ser totalmente arbitrária, não pode mais. Sendo assim, a categoria de causa é o crivo da distinção entre sucessões subjetivas e objetivas. Meras sucessões podem prescindir de causas,

mas a mudança de estados, não. A condição de possibilidade para a necessária distinção entre uma sucessão subjetiva e outra objetiva resume-se à categoria de causalidade. Com a aplicação dessa categoria, a sucessão objetiva torna-se possível e, assim, também um mundo público, antitético a um mundo absolutamente privado, condicionado às percepções de cada indivíduo. Não se trata mais de mera sucessão de percepções, mas de mudanças fenomênicas. E a possibilidade desse tipo de mudança não é de modo algum inteligível sem o conceito de causa.

Vejamos dois exemplos de tipos de percepção que ilustram justamente a discussão que acabamos de abrir, qual seja, a categoria de causalidade como crivo da distinção entre percepções subjetivas e objetivas. Kant serve-se de dois exemplos para distinguir os dois tipos de sucessão. Um deles é o clássico exemplo da casa:

No exemplo anterior de uma casa, as minhas percepções podiam, na apreensão, começar pelo cimo e terminar no solo; mas também começar por baixo e terminar em cima e do mesmo modo apreender à direita e à esquerda o diverso da intuição empírica. (CRP, A192-93/B237-38)

Nesse caso da percepção de uma casa, não há nenhuma ordem determinada: não é necessário saber onde necessariamente deveria começar e terminar a apreensão. Também não há nenhum problema com relação à ordem da apreensão: ela não deve acontecer em uma ordem determinada ou necessária. O que está em jogo aqui é apenas uma ordem subjetiva pela qual se apreende os elementos da casa. Porém, já se sabe que quando a percepção diz respeito a uma mudança, a ordem dos fenômenos deve ser determinada de modo a ser irreversível. Nesses casos, o que acontece é que a ordem subjetiva deve coincidir com a objetiva, qual seja, a da mudança que é representada. Não há como representar a sucessão de qualquer modo, como no exemplo da casa. No caso da mudança objetiva, o que acontece é que se representarmos a sucessão diferente do que seria objetivamente, percebe-se que ela não seria realizável no mundo, não faria sentido. Então no caso de uma mudança objetiva, a ordem da sucessão é irreversível – porque, supostamente, assim também ocorre com os fenômenos – tratando-se de uma sucessão objetiva. Há um exemplo utilizado por Kant que mostra a necessidade da determinação da série dos fenômenos e, por conseguinte, a necessidade da síntese promovida pela causalidade,

promovendo, então, uma sucessão objetiva. Há um barco que vem descendo a corrente. O sujeito apreende dois estados em que se encontra o barco: um em que ele está rio acima, e outro em que ele está rio abaixo. Se a apreensão fosse sintetizada somente pela capacidade de imaginação, o primeiro estado poderia muito bem ser o barco na parte mais baixa do rio, e o segundo ele na parte mais alta. Mas, como isso é empiricamente impossível (supondo que o barco não dispõe de qualquer propulsão própria), Kant vê a necessidade de que haja uma regra, que conecte as representações em uma ordem, irreversível e determinada:

Por si só, a primeira sucessão nada prova quanto à ligação do diverso no objeto, porque é inteiramente arbitrária. A segunda, porém, consistirá na ordem do diverso do fenômeno, segundo a qual, a apreensão de uma coisa (que acontece) se sucede a outra (que a precede), segundo uma regra. Só por isso me é legítimo afirmar acerca do próprio fenômeno, e não simplesmente da minha apreensão, que nele há uma sucessão; o que equivale a dizer que só nessa sucessão posso realizar a apreensão. (CRP,A193/B238)

A regra imposta pela categoria de causalidade é a responsável por determinar a sucessão nos fenômenos. Por meio dela, a sucessão torna-se irreversível, não mais sendo arbitrária como na síntese proporcionada pela imaginação. Ela conecta as representações (que são nada mais do que meras apreensões do sujeito) ao objeto, que é, desse modo, instituído como tal. A causalidade, portanto, é a regra responsável por converter meras sucessões perceptivas ou subjetivas em sucessões fenomênicas ou objetivas:

A relação dos fenômenos (enquanto percepções possíveis) segundo a qual o conseqüente (o que acontece) é determinado no tempo, quanto à existência, necessariamente, por qualquer antecedente, e segundo uma regra, por conseguinte, a relação de causa e efeito, é a condição da validade objetiva dos nossos juízos empíricos, no referente à série das percepções, portanto, da verdade empírica das mesmas e, conseqüentemente, é condição da experiência. (CRP,A202/B247).

O conceito de causa e efeito torna objetiva a síntese que, sem ele, seria somente subjetiva. Isso ocorre porque entre causa e efeito a ordem é irreversível – afinal, não faz nenhum sentido querer representar o efeito como um acontecimento que antecede a causa. Isso nos permite, agora, retornar à relação do conceito de causalidade com as

diversas representações do tempo. Considerando que mudanças genuínas só podem ser representadas após terem passado pelo crivo da causalidade, o tempo também muda de caráter visto que a ordem dos estados torna-se agora, determinada. Também para a representação sintética do tempo, será inevitável contar com a imaginação. Afinal, cabe a ela, ao conectar as percepções, conferir uma determinação inicial do tempo, à medida que liga dois estados em uma sucessão. Decerto, nesse estado da pré-síntese da imaginação, tem-se vários “tempos”, várias frações desconexas de um tempo que, em si mesmo, pode ser contínuo, mas que é irremediavelmente representado como discreto na medida em que se liga com os fenômenos externos, que previamente a determinação do entendimento, são múltiplos e desconexos. Sendo assim, ainda há a necessidade de uma determinação de segunda ordem, algo que torne o tempo inteligível ao sujeito.

Para isso, a diversidade temporal somente submete-se, ela mesma, irreversivelmente à unidade sob a ação do entendimento. Nessas circunstâncias, o tempo adquire uma segunda natureza de caráter conceitual, que sobrevém à sua primeira natureza de caráter intuitivo. No seu estado inicial de dispersão, o caráter conceitual do tempo advém justamente do seu estado particionado e descontínuo. Esse particionamento e descontinuidade podem ser atribuídos à ação da imaginação produtiva. Ao agir sobre esse diverso da imaginação, o entendimento já encontra uma unidade potencial (pelo fato de uma das características do tempo como intuição pura é ser uno), mas essa unidade inicial, por si só, não determina o objeto, não muda o objeto. O tempo só passa a ser algo constitutivo do objeto quando há a ação sintética do entendimento. Afinal, "o entendimento não encontra no sentido interno tal ligação do diverso, por assim dizer, já feita: produ-la ao afetar esse sentido" (CRP,B 155).

Outro modo de apresentar esse mesmo duplo caráter do tempo é traçar uma analogia entre o que Kant diz acerca do espaço, que deve ser representado ora como forma da intuição ora como intuição formal:

O espaço representado como objeto (tal como é realmente necessário na geometria) contém mais que a simples forma da intuição, a saber, a síntese do diverso, dado numa representação intuitiva, de acordo com a forma da sensibilidade, de tal modo que a forma da intuição concede apenas o diverso, enquanto a intuição formal dá a unidade da representação. Na estética atribui esta unidade à sensibilidade, apenas para fazer notar que é anterior a todo o

conceito, embora pressuponha uma síntese que não pertence aos sentidos, mas mediante a qual se tornam possíveis todos os conceitos de espaço e de tempo.(CRP, B160n)

O duplo caráter do tempo pode estar diretamente relacionado a esse duplo caráter da própria intuição. Enquanto ele ainda é a forma pela qual o sujeito apreende o material da sensibilidade, ele é considerado forma da intuição. Nesse passo inicial, o tempo entra como a forma pela qual o diverso sensível pode ser recebido, e nesse caráter ainda não pode ser conhecido, representado pelo sujeito. Porém, ao passar pela síntese do entendimento (a “síntese que não pertence aos sentidos”), o tempo ganha caráter conceitual, convertendo-se então uma intuição formal. Mas o que isso quer dizer?

O exemplo paradigmático de intuição formal, com relação à intuição formal de espaço, são os objetos geométricos: não são fenômenos (pois não há como ter um objeto geométrico como uma circunferência perfeita na experiência, por exemplo), mas também não são intuições puras: são algo mais elaborado que elas, e também são cognoscíveis por nós, visto que conseguimos representar mentalmente suas propriedades e suas relações (mesmo não havendo instâncias empíricas deles). No caso do tempo, entendemos como intuições formais os “recortes gerais” de tempo que se tornam cognoscíveis após a ação do entendimento, sem ter, necessariamente, uma instância empírica que corresponda a esse conceito. “Antes”, “depois”, “agora” em seus aspectos mais gerais podem ser entendidos como intuições formais de tempo: Não são pura forma da intuição, visto que já assumiram um novo caráter, e podem ser conhecidos de alguma forma; no entanto, não há como instanciar empiricamente a intuição formal, em seu caráter mais geral – como por exemplo, a intuição do tempo “antes”. Trata-se de um “recorte do tempo” sem instância empírica: não é mais uma intuição pura, completamente incognoscível, uma; nem tampouco diz respeito a um único fenômeno. São recortes singulares e válidos para diversos fenômenos, que, no entanto, não dizem respeito a nenhum fenômeno particular. Todavia, não há uma ciência pura do tempo tal como há a geometria, como ciência pura do espaço, na qual os objetos espaciais podem ser esquematizados e, de certa forma, instanciados em seus aspectos mais gerais. Uma intuição formal do tempo, tal como “antes”, só faz

sentido na medida em que ocorre instanciada em fenômenos particulares no tempo – e aí já deixa de ser uma intuição formal, passando a ser um conceito de tempo.

Além disso, ainda sobre o caráter do tempo, pode-se dizer que há dois modos distintos de representar sua unidade: o tempo como unidade dada, tendo como característica inicial uma unidade analítica – que por sua vez não é suficiente para a percepção da unidade dos objetos e que também não pode ser percebido em si mesmo - e o tempo como unidade pensada, como resultado de uma ação do entendimento, de uma afecção produtiva dele:

A unidade analítica da consciência é inerente a todos os conceitos comuns enquanto tais; assim, por exemplo, quando penso o vermelho em geral, tenho a representação de uma qualidade que (enquanto característica) pode encontrar-se noutra parte ou ligada a outras representações; portanto, só mediante uma unidade sintética possível, previamente pensada, posso ter a representação da unidade analítica.(CRP,B134n)

Quando o tempo ainda é a forma da intuição, ele pode ser entendido como uma unidade analítica. No entanto, só conseguimos pensar o tempo quando ele passa dessa unidade analítica para adquirir caráter conceitual, passando pela síntese da imaginação e finalizando com a ação do entendimento. Por outro lado, essa unidade analítica inicial é o que confere unicidade e homogeneidade ao substrato sobre o qual faremos, a seguir, os “recortes de tempo”, que serão sintetizados e ordenados pelo entendimento. Assim, o tempo torna-se também uma unidade sintética, visto que sofreu uma síntese de seu múltiplo, habilitando-se a constituinte do fenômeno. A ação do entendimento, que constrói, de certa forma, o fenômeno, também sintetiza o tempo no fenômeno: agora os dois múltiplos (da percepção e do tempo) são reunidos. Forma e conteúdo da percepção estão, agora, sintetizados em uma série de representações.

Sendo assim, a sucessão temporal em caráter plenamente determinado só é possível segundo uma ordem prescrita pelo esquema da causalidade. O conceito de causa é, pois, a segunda camada da síntese sucessiva do tempo. Ele acaba por finalizar a determinação do tempo iniciada pela síntese da imaginação, conferindo à síntese feita por ela uma ordem determinada e irreversível, segundo um princípio (o de causa e efeito). A aplicação desse conceito à série de percepções é o que tornará possível um conceito empírico de tempo, já que ele não pode ser percebido em si

mesmo. Causa e efeito colocam as balizas temporais que são utilizadas, necessariamente, em ordem.

Deste modo, assim como o tempo contém a condição sensível *a priori* da possibilidade de uma progressão contínua do que existe para o que se segue, assim também o entendimento, graças à unidade da apercepção, é a condição *a priori* da possibilidade de uma determinação contínua de todos os lugares para os fenômenos neste tempo, mediante a série de causas e efeitos, acarretando as primeiras, inevitavelmente, a existência dos segundos e, desse modo, tornando o conhecimento empírico das relações de tempo válidas para todo o tempo (em geral), quer dizer, objetivamente válido. (CRP, A201/B256)

A representação empírica do tempo permite que as relações temporais entre os fenômenos passem a ser apreensíveis. Contudo, o que podemos observar é que permitir uma “determinação contínua de todos os lugares para os fenômenos” revela a função total da categoria de causalidade: além de fixar os fenômenos no tempo, confere uma síntese ao múltiplo sensível, tornando esse múltiplo algo unificado, tanto em seu conteúdo quanto com relação a sua forma: o fenômeno também é unificado e conectado com relação ao tempo. Isso, por sua vez, é determinante para percepções objetivas de fenômenos. Desse modo, a aplicação da categoria de causalidade é que torna possível diferenciar uma apreensão sucessiva de objetos coexistentes daquelas que tratam-se de uma sucessão, de fato. Perceber essa distinção entre percepções nada mais é do que poder representar, de modo completo, as mudanças no mundo: sucessões genuínas, em um tempo determinado³.

³ Depois de considerados os argumentos de Kant sobre a causalidade, podem-se estabelecer relações sobre esses argumentos e os de Hume. O ponto de partida está justamente no conceito de causa, que é objetivo para Kant enquanto para Hume, não é. Para Hume, não é possível afirmar que a causalidade está, efetivamente, no plano dos objetos. Isso se observa justamente pela parcimônia do filósofo ao não afirmar que o futuro será semelhante ao passado. Só há uma propensão a *acreditar* nessa existência, nessa regularidade que dá ensejo à crença de que os objetos estão relacionados causalmente. Já para Kant, a causalidade consiste em uma relação objetiva porque, por se tratar de uma categoria do entendimento, passa a ser constituinte do objeto. A conexão necessária, tão buscada por Hume e, em última análise, um efeito do hábito, em Kant, é proporcionada justamente pela ação da categoria de causalidade, relacionando os objetos no plano objetivo (lembrando sempre que o conceito de objetividade, em termos kantianos, assume outros contornos justamente por seu ponto de vista idealista transcendental). Em suma, pode-se entender que para Hume a relação de causa e efeito é contingente—

uma hipótese – pois embora haja uma crença de que essa relação exista, o contrário sempre permanecerá sendo possível de acontecer. Já para Kant, a relação de causa é necessária: não há como representar o mundo, os objetos de outro modo. Além disso, a causa, para Hume, advém da experiência, parte da associação entre ideias. Já para Kant, o conceito de causa é *a priori* e necessário para a experiência. Não parte dela, mas a constitui, de certo modo.

4AS CONDIÇÕES DA CAUSALIDADE COMO REGRA DO ENTENDIMENTO: OS FUNDAMENTOS DO “TUDO QUE ACONTECE TEM UMA CAUSA”

Nas próximas seções, procuraremos analisar algumas interpretações acerca da Segunda Analogia. Em um primeiro momento, estudaremos uma posição crítica acerca da teoria da causalidade kantiana, elaborada por Peter Strawson. Este comentador acusa Kant de ter incorrido em *non sequitur* em sua argumentação. Em seguida, veremos dois pontos em defesa de Kant quanto aos seus argumentos na Segunda Analogia, escritos por Lewis White Beck e Henry Allison. As seções seguintes (tanto de Beck quanto Allison) procurarão responder algumas questões levantadas por Strawson, em sua acusação. Por ora, vejamos de modo mais detido quais são os argumentos de Peter Strawson acerca da Segunda Analogia kantiana e sua posição sobre o *non sequitur* cometido por Kant.

4.1PETER STRAWSON: ACUSAÇÃO DE *NON SEQUITUR*

Em sua interpretação da teoria kantiana da causalidade, Strawson tece seus comentários partindo da distinção entre os tipos de percepções que Kant estabelece ser possível para qualquer representação de objetos, qual seja: a percepção de objetos coexistentes e em sucessão. Já é sabido que, para Kant, todas as percepções são sucessivas. Considerando essa ressalva de Kant, Strawson está de acordo com ele e a distinção estabelecida: se as percepções forem coexistentes, a ordem delas pode ser reversível; tratando-se da percepção de uma mudança, a ordem delas é irreversível:

Se o que nós percebemos é uma alteração objetiva, um evento, um caso de um estado objetivo de coisas dando lugar a outro, então falta às nossas percepções sucessivas desses estados objetivamente sucessivos a propriedade de ser indiferente à ordem. Nossas percepções sucessivas não poderiam ter ocorrido na ordem oposta àquela que de fato ocorreram. [...] Se, por outro lado, o que nós percebemos são coisas ou partes de uma coisa objetivamente coexistente [...] então nossas percepções sucessivas dessas coisas objetivamente coexistentes possuem a propriedade de indiferença à ordem. Elas poderiam ter

ocorrido na ordem oposta àquela na qual elas de fato ocorreram. (STRAWSON, 1966, p.134)

O ponto da análise de Strawson tem seu centro no tipo de percepções do sujeito e sua relação com os objetos: a questão é se elas podem ou não ter ocorrido na ordem inversa àquela em que de fato ocorreram. Ainda que as percepções sejam sempre sucessivas, se elas não se reportarem a estados que estão em mudança, elas podem ocorrer tanto como $\langle A, B \rangle$ quanto como $\langle B, A \rangle$. Já no caso de uma percepção de um estado dando lugar a outro, a saber, uma mudança, a ordem das percepções que a representam só pode ser $\langle A, B \rangle$ e jamais $\langle B, A \rangle$. No caso da percepção de objetos coexistentes, por mais que o sujeito os perceba como $\langle A, B \rangle$, é possível a representação como $\langle B, A \rangle$ – o que não ocorre quando se trata da percepção de uma mudança⁴.

Dito isso, Strawson dedica-se a esclarecer qual é o tipo de necessidade sustentada pelo argumento de Kant acerca da ordem objetiva entre os estados representados pelas percepções. Compreender esse conceito será fundamental para entender qual é a acusação feita pelo comentador à Segunda Analogia.

4.2 A NOÇÃO DE NECESSIDADE NA SEGUNDA ANALOGIA

Já sabemos que na percepção de uma sucessão objetiva – uma mudança - a ordem na qual as percepções ocorrem é necessária. Se o caso for de um estado dando lugar a outro, então necessariamente a percepção será de *A* para *B*. O que Strawson

⁴A primeira objeção feita por Strawson ao argumento kantiano diz respeito ao fato de a ordem da percepção ter relação com o aparecimento dos objetos que são percebidos, ou com a direção pela qual o olho do sujeito passa primeiro. Essa ordem não coloca nenhum problema quando os objetos são coexistentes. O problema surge quando se trata de uma mudança. O exemplo clássico de Kant sobre o navio que desce a corrente, Strawson ataca dizendo que o sujeito poderia perceber o navio primeiro mais abaixo e depois mais acima, se o navio estivesse navegando com os motores em reversão. Nesse caso, segundo Strawson, trata-se de uma genuína mudança de estados, porém que ocorre na ordem $\langle B, A \rangle$ e não na ordem $\langle A, B \rangle$. No entanto, para que isso não se converta numa objeção ao argumento kantiano, deve-se conceder sempre que as percepções ocorreram no mesmo modo sensorial: sem algum tipo de *delay* que pudesse atrasar a ordem delas. Porém, como veremos nos capítulos seguintes, por mais que esse tipo de objeção seja feita, Strawson deixa de levar em consideração alguns elementos importantes da teoria kantiana que podem livrar a Segunda Analogia desse tipo de objeção.

pretende investigar ao analisar mais detidamente esse ponto é o tipo de necessidade que se estabelece nessa argumentação. Ao que parece, o tipo de necessidade que a teoria kantiana sustenta e o tipo de necessidade invocada no argumento de Kant são distintas, e aí é que surge a ocasião para acusar a incidência em um *non sequitur*. Vejamos de que maneira Strawson analisa os argumentos de modo a esclarecer a noção de necessidade na Segunda Analogia.

O ponto em questão é a relação das percepções; tanto entre elas mesmas quanto com relação aos objetos percebidos. E a noção de necessidade (que parece ser um ponto problemático do argumento) é invocada nessa parte do argumento kantiano. Para nossos propósitos, chamemos de *a* e *b* as respectivas percepções dos objetos (ou dos seus estados) e de *A* e *B* os objetos (ou os seus estados) percebidos. A diferença entre as percepções – isto é, entre uma sucessão objetiva e uma coexistência – está relacionada à ordem, à reversibilidade da sequência delas. Se a percepção não é susceptível de reversibilidade, conforme já vimos, ela tem uma ordem necessária. Sendo assim, adverte Strawson:

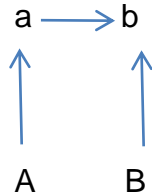
Elas [conexões] parecem ter menos a ver com as interações ou dependências causais que relacionam entre si objetos da percepção subjetiva do que com as dependências causais das próprias percepções subjetivas em relação aos seus objetos (STRAWSON, 1966, p.136)

Colocando de modo visual o argumento de Strawson, em partes:



Strawson admite que os objetos (ainda que não totalmente cognoscíveis), se relacionam causalmente conosco produzindo uma percepção. Perceber o evento *A* e o evento *B* passa pela afecção deles no sujeito cognoscente. Presumidamente, *A* produza, enquanto *B* produz *b*. Além disso, para que o argumento kantiano funcione,

ainda acrescenta Strawson, as percepções sempre devem acontecer no mesmo modo sensorial.⁵ Fazendo essas considerações, se segue a seguinte relação:



O objeto *A* causa a percepção *a*; enquanto o objeto *B* causa a percepção *b*. Se a sucessão for objetiva, então, necessariamente a percepção será na ordem de *a* para *b*. Consideremos o exemplo do navio empregado na Segunda Analogia: 1) se o sujeito percebe o navio descendo a corrente e 2) se o modo sensorial no qual as percepções

⁵Nesse ponto da argumentação, pode-se considerar uma objeção levantada por Paul Guyer (1987): a teoria de Strawson (1966) está equivocada já nesse ponto, porque, segundo Guyer, a estratégia de Kant não é determinar primeiramente características sobre algumas representações (a ordem das representações), e usar isso para determinar como estão os objetos no mundo. Segundo Guyer, para Kant, não é possível determinar se as representações são sucessivas ou coexistentes no âmbito das representações. O que se quer dizer com isso é que, para Guyer, não há uma espécie de acesso imediato as representações de modo que seja possível determinar o que é representação presente (percepção) ou memória (representação anterior). Ao menos no ponto da argumentação kantiana destacado por Strawson em sua reconstrução, as representações seriam múltiplas. Somente avaliando o que é dado pela sensibilidade, não é possível discriminar as representações. Sendo assim, deve haver uma interpretação do dado presente – para ser possível saber qual das representações corresponde a um acontecimento passado e a um acontecimento presente. Então, segundo a objeção de Guyer, Strawson estaria admitindo que a apreensão das representações já acontece em uma ordem temporal, independente dos objetos. Ao contrário disso, Guyer sustenta que Kant jamais argumentaria dessa maneira. Para ele, não é possível ter acesso a ordem temporal das representações diretamente. Não há como se ter consciência da ordem das representações no tempo, de modo imediato. Tudo o que diz respeito a representação é múltiplo, indefinido com relação ao tempo. Desse modo, é necessária uma espécie de interpretação os dados para saber quais são representações do presente e quais são do passado. Essa interpretação, por sua vez, depende de estabelecer uma diferença temporal *nos objetos*. E aí é que a categoria de causalidade se faz necessária como a responsável por conferir tal interpretação, tal ordenamento das representações no tempo.

acontecem ao longo do evento mantém-se o mesmo, então 3) necessariamente o sujeito perceberá o navio rio acima e, em seguida, rio abaixo.

Observe que o exemplo do navio diz respeito a uma sucessão objetiva e, por isso, por sua própria sucessão temporal passa a ter uma ordem determinada, necessária. E a necessidade que se atribui à ordem assim estabelecida é puramente condicional. Por comparação, no caso de percepções coexistentes, ao contrário, existe uma indiferença lógica na ordem das percepções. Todavia, Strawson sustenta é que esse tipo de necessidade condicional assim estabelecida não é a tipo de necessidade invocada pelo argumento de Kant. Vejamos mais detidamente o que o comentador quer dizer com isso.

4.3 O *NON SEQUITUR* KANTIANO

Já sabemos que o centro da argumentação de Strawson está no conceito de sucessão objetiva. Também já sabemos que uma sucessão objetiva está relacionada com uma ordem de percepções necessária. Sendo assim, se existe uma mudança de *A* para *B*, necessariamente⁶ a ordem das percepções será de *a* para *b*. Mas daí, segundo Strawson, é que se segue o passo falacioso:

Sua ideia é que, [...] essas últimas noções [ordem determinada ou não-determinada das percepções] elas mesmas servem como uma ponte ligando as noções de mudança objetiva e coexistência objetiva a certos princípios gerais em vista de relações causais entre os objetos da percepção. [...] A ideia é que não podemos aplicar empiricamente [...] os conceitos da mudança objetiva e da coexistência objetiva sem implicitamente usar as noções de uma ordem necessária e de uma indiferença à ordem entre as percepções. (STRAWSON, 1966, p.137)

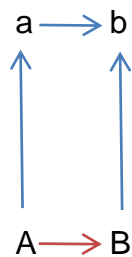
Ao que parece, a objeção de Strawson afirma que o argumento kantiano transfere a irreversibilidade das percepções para os próprios objetos da percepção, como se a primeira fosse uma condição para o conhecimento do último. A irreversibilidade ou indiferença à ordem das percepções seriam um elemento de ligação

⁶ Lembrando que, como já dito acima, a necessidade envolvida no argumento é puramente condicional.

(como ele próprio diz) para as noções causais que relacionam os objetos da percepção. Dito de outro modo, o conhecimento da irreversibilidade de $\langle a, b \rangle$ pode sustentar a necessidade de $\langle A, B \rangle$:

[Experienciar] uma sequência de percepções enquanto percepção de uma mudança objetiva é o mesmo que, implicitamente, conceber a ordem das percepções como necessária. Mas – e aí está o ponto – conceber essa ordem de percepções como necessária é equivalente a conceber a transição de A para B como em si mesma necessária, como subsumida a uma regra ou lei de determinação causal. (STRAWSON, 1996, p.138)

O problema parece ser, então, que Kant pretenda converter ou equivaler a irreversibilidade da ordem das percepções a uma instância de uma regra ou lei de determinação causal. Mas, segundo Strawson, Kant consegue sustentar apenas que há uma relação de dependência causal entre representações e objetos, sem conseguir que a dependência entre os primeiros constituísse em evidência para a dependência entre os últimos. O *non sequitur*, então, está no fato de que pretender que, por haver uma ordem temporal necessária entre determinadas percepções e uma relação de dependência causal entre essas percepções e seus objetos, deve também haver uma conexão ou dependência causal entre os próprios objetos. Colocando de modo esquemático, podemos entender o *non sequitur* da seguinte forma:



O *non sequitur* está justamente na inferência que Kant parece fazer, ilustrada pela seta que está entre A e B: o objeto A, que causa uma percepção a, seguido do objeto B, causa uma percepção b. Por ser um estado dando lugar ao outro no tempo (sem alteração do modo sensorial ao longo da percepção), provocam uma ordem necessária nas percepções. Porém, Strawson considera que Kant parece querer dizer

que essa ordem nas percepções equivale a uma ordem irreversível nos objetos da percepção.

Então podemos entender a crítica de Strawson do seguinte modo: a ordem das percepções é determinada porque o evento ou o objeto determina a ordem delas (considerando que o que é percebido é uma mudança de estados: um estado dando lugar ao outro). Desse modo, a partir da necessidade da ordem das percepções e do reconhecimento da relação entre objetos e percepções (que Strawson parece admitir sem maiores problemas), a ordem das percepções torna-se ela mesma dependente da ordem dos objetos. Mas isso não é suficiente para assegurar que haja uma relação causal entre os próprios objetos, que era o que, segundo Strawson, Kant gostaria de provar: "É uma distorção verdadeiramente curiosa: uma necessidade conceitual baseada no fato de haver uma mudança é igualada a uma necessidade causal da própria mudança." (STRAWSON, 1966, p.138)

Segundo a análise de Strawson, o tipo de necessidade implícita ao argumento kantiano, qual seja, a necessidade condicional relativa à relação entre objeto e representação e a irreversibilidade que aí se segue (por se tratar de uma mudança) não corresponde ao tipo de necessidade que parece ser invocada no argumento, qual seja, uma necessidade causal. Poder-se-ia até fazer uma concessão que a partir dessa necessidade condicional presente na relação objeto-percepção possa haver uma necessidade causal. Mas mesmo fazendo essa concessão, o objetivo de Kant não é atingido: ele ainda só prova a relação entre objetos e representações de objetos (e faz isso estabelecendo em seu argumento uma necessidade condicional relacionada com a relação irreversível entre as representações de objetos), e não a relação de necessidade (agora, causal) entre os objetos da percepção. Desse ponto de vista, observa-se que, segundo Strawson, Kant cometeria duas falácias lógicas: 1) acerca da necessidade invocada no argumento: não é uma necessidade causal, mas condicional; e 2) Kant no máximo prova a necessidade que há na relação entre representações e seus objetos, e não na relação dos objetos entre si.

4.4 LEWIS WHITE BECK: DEFESA À ACUSAÇÃO DE *NON SEQUITUR*

Na seção que se segue, o objetivo é apresentar alguns argumentos de Beck e em seguida tecer alguns comentários sobre eles. Em particular, interessa-nos aqui que, segundo Beck, a posição de Strawson acerca da Segunda Analogia resume-se à sua impugnação da inferência pretendida por Kant. Beck, porém, questiona: será mesmo essa a inferência que Kant desejaria realizar? Para levar a cabo a investigação que surge a partir desse questionamento, Beck procura reconstruir a argumentação kantiana. Ele o faz em oito passos, mas aqui destacaremos apenas alguns, visto que já fizemos uma reconstrução do argumento da Segunda Analogia, e também porque nosso interesse está em uma parte específica da defesa de Beck. Acreditamos que um dos passos de sua argumentação abre caminho para nossos próximos pontos de discussão nesse trabalho. Nosso enfoque será a partir do passo 3.2, onde Beck afirma que há irreversibilidade na ordem dos estados dos próprios fenômenos, nos seguintes termos:

1 – Que o estado A preceda o estado B no objeto (isto é, $\langle A, B \rangle$), pelo isomorfismo perceptual⁷, é condição suficiente para a irreversibilidade da percepção dos estados correspondentes a A e B (a percepção/representação dos estados é representada assim por $\langle a, b \rangle$).

2 – Mas o conhecimento de $\langle a, b \rangle$ não é suficiente para garantir o que $\langle A, B \rangle$ tenha ocorrido, e tenha ocorrido de modo irreversível. Porque:

2.1 – Pode ser que A e B sejam objetos coexistentes e por serem *sempre* percebidos na ordem $\langle a, b \rangle$ são interpretados como postos de modo irreversível;

2.2 – Caso o isomorfismo perceptual possa falhar, é possível que B preceda A .

3 – Para saber que $\langle A, B \rangle$ ocorreu, dada a irreversibilidade de $\langle a, b \rangle$, deve-se saber duas coisas:

3.1 – A e B são estados opostos da mesma substância, excluindo a hipótese colocada por 2.1 e;

3.2 – A ordem é $\langle A, B \rangle$, para excluir a hipótese colocada por 2.2.

⁷Isomorfismo perceptual aqui refere-se a ressalva feita por Strawson no momento de admitir o argumento kantiano: nada mais é do que assumir que a objetos e percepções estejam no mesmo modo sensorial, que não haja algum tipo de *delay*, atrasando a percepção de modo que o estado B seja percebido antes do A .

Como visto, o passo 2.2 lança a hipótese de uma falha no isomorfismo entre percepções. Assim, poderia acontecer, no caso de uma sucessão, que o estado B precedesse o estado A . No entanto, observamos que já dar por sabido que a ordem é $\langle A, B \rangle$ exclui essa hipótese. Nos passos seguintes, Beck insere mais alguns pontos que reforçam a afirmação feita em 3.2. Aqui estão alguns deles:

5 – Eu sei, ou tenho razões suficientes para crer, que o evento foi $\langle A, B \rangle$.

6 – Portanto, conhece-se ou se tem razões suficientes para crer que $\langle A, B \rangle$ ocorreu de modo irreversível.

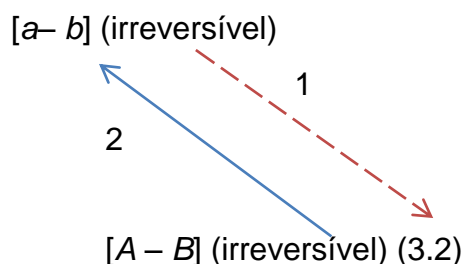
8 – Portanto, para conhecer ou ter boas razões para crer que $\langle A, B \rangle$ ocorreu, deve-se saber ou ter boas razões para crer que A contém a condição causal de B .

Ao analisar toda a reconstrução de Beck para o argumento da Segunda Analogia, percebe-se que a premissa 3.2 parece já estar estabelecida, não dependendo dos passos anteriores para ser fundamentada. O que se pode compreender disso é que, de algum modo, já é sabida a irreversibilidade entre os estados A e B . Sendo assim, essa é uma premissa independente do argumento. Ao que tudo indica, ela está ali como um fato estabelecido, dispensando assim qualquer tentativa de deduzi-la da irreversibilidade das representações do sujeito. Isso nos leva a crer que Kant pressupõe o conhecimento de certas leis ou regras que garantam ao sujeito o conhecimento de que ordem dos estados é $\langle A, B \rangle$ e não $\langle B, A \rangle$. Essas leis ou regras trazem certeza sobre o que ocorre objetivamente, e não só ao nível da percepção. Nosso objetivo, ao final deste capítulo e no próximo será esclarecer a fundamentação dessa premissa independente que aparece na reconstrução proposta por Beck dos argumentos de Kant.

Em seguida, para detalhar o ponto 5 da argumentação, Beck utiliza uma citação clássica de Kant: “eu vejo o navio descendo a corrente”. Então, o que se vê é uma percepção objetiva, não uma “visão sobre as percepções”. Isso nos mostra que Kant procura defender um acesso direto ao mundo. É certo que esse acesso aparece ao sujeito por meio de representações mentais, mas com o uso das categorias é possível sintetizar o múltiplo sensível e aceder aos objetos. Somada a ressalva feita sobre o passo 3.2, pode-se ter boas razões para crer que houve um evento, e de modo irreversível. Se esse evento ocorreu, de fato, e ocorreu de modo irreversível, existem

boas razões para crer que o estado *A* contém a condição causal de *B*, como afirma o passo 8 do argumento de Beck.⁸

Por fim, vejamos um esquema com o intuito de aclarar o posicionamento de Beck acerca da teoria de Kant:



A seta pontilhada (1) mostra qual é o *non sequitur* atribuído a Kant, a saber, derivar a irreversibilidade da ordem objetiva a partir da ordem subjetiva das percepções. Porém, Kant aponta em B238 que é exatamente ao contrário: que a ordem subjetiva é dependente ou derivada da ordem objetiva, como expresso pela seta número 2. A questão que fica é de onde se sabe que o evento ocorreu, e se ocorreu de modo irreversível, como está ali expresso no esquema. Aí é que entra a premissa independente do argumento de Beck: ele sustenta que essa irreversibilidade é pressuposta no argumento de Kant. Como ele mesmo diz, é sabido ou se tem boas razões para saber que o evento ocorreu, e ocorreu em uma ordem necessária, irreversível. O que se pode entender é que a categoria de causalidade determina os acontecimentos, ao fazer a síntese do múltiplo sensível e organizá-lo no tempo. Sabe-se que as representações ocorreram de modo irreversível porque a categoria de causalidade (que é logicamente anterior às experiências do sujeito) realizou a síntese segundo uma regra. Qual regra especificadamente, é algo que só se saberá empiricamente.

Mas, se algo efetivamente ocorrer, isto é, se houver de fato uma mudança de estado, deve-se pressupor que alguma causa esteve em ação – e isso, por força do estatuto transcendental do princípio da Segunda Analogia, deve ter o estatuto de uma

⁸ Entendemos que a premissa independente do argumento de Beck, exposta no passo 3.2 leva à conclusão que está exposta no passo 8: se os estados que estão em sucessão (e não somente a ordem das representações do sujeito) ocorreram de modo irreversível, isso acarreta a necessidade de uma conexão causal entre os objetos. No próximo capítulo tentaremos esclarecer se Kant de fato procurou fundamentar essa conexão, e de que modo ele procurou levar essa tarefa a cabo.

regra geral, tanto regulativa quanto constitutiva das relações mais fundamentais entre objetos da experiência. A categoria de causalidade permite que a ordem das representações, e também os próprios fenômenos ocorram de modo irreversível, tratando-se realmente de uma sucessão objetiva. Contudo, saber somente que há uma determinação temporal que revela qual dos estados veio antes e qual veio depois, embora seja uma condição necessária, não é uma condição suficiente para estabelecer a irreversibilidade no evento $\langle A, B \rangle$. Disso decorre, e então, a necessidade de alguma faculdade ou regra que preencha essa condição suficiente, de modo a estabelecer o evento $\langle A, B \rangle$.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DE BECK SOBRE O PONTO DE VISTA DE STRAWSON

Já sabemos que o ponto de acusação de Strawson está relacionado com um tipo específico de percepção, qual seja: a de objetos que estão mudando, transitando de um estado a outro. Essa mudança de estados, por sua vez, diz respeito ao princípio “todo-evento-alguma-causa”, visto que para que um estado mude, deve haver algo ou alguma condição que propicie essa mudança. E essa mudança se torna acessível para o sujeito, como bem visto nos capítulos anteriores, porque há uma regra que determina necessariamente qual dos estados precede e qual antecede: “A evidência da irreversibilidade de $\langle a, b \rangle$ está sob a (meta) regra enunciada na Segunda Analogia: “Tudo o que acontece, isto é, começa a acontecer, pressupõe algo que se sucede de acordo com uma regra.” (BECK, 1978, P.152, grifo nosso)

Ao que parece, ao contrário do que Strawson parece afirmar, a irreversibilidade de $\langle a, b \rangle$ se torna evidente porque está subsumida a um princípio que afirma, antes de tudo, que um estado se segue de outro segundo uma regra. Assim, $\langle a, b \rangle$ não é a regra que determina $\langle A, B \rangle$, mas é uma evidência que oferece a ocasião ao princípio que Kant procura provar ao estabelecer o uso da categoria de causalidade, que por sua vez justifica que o sujeito tenha representações ordenadas segundo uma ordem temporal determinada. A evidência na ordem de nossas percepções acaba revelando (dada a

premissa independente do argumento de Beck), uma ordem que já é existente nos próprios fenômenos. Porém, compreender a determinação pela qual passam as séries fenomênicas de modo a distinguir nossas percepções subjetivas das objetivas (embora seja uma parte importante do processo), não é tudo para compreender a irreversibilidade de $\langle A, B \rangle$. Se assim fosse, a premissa independente exposta na reconstrução feita por Beck, e que é parte do argumento de Kant, não existiria e, nessa hipótese os argumentos da Segunda Analogia tomados isoladamente já ofereceriam uma boa resposta a acusação de Strawson. O que se observa é que conhecer a irreversibilidade de $\langle A, B \rangle$ certamente passa por conhecer a determinação entre dois estados de objetos. Mas, se eles são invariavelmente irreversíveis – e aí está o ponto –, isso significa que há uma regularidade nessa série de acontecimentos. Dito de outro modo, conhecer a $\langle A, B \rangle$ significa dizer que eles estão sob a determinação de uma lei, de uma regra que conecta regularmente os fenômenos. Essa parece ser a afirmação feita na premissa independente do argumento de Beck: para compreender de onde vem a irreversibilidade das representações do sujeito, parece ser fundamental dar por sabido que $\langle A, B \rangle$ de fato ocorre:

Eu não sei que algum A específico precede necessariamente algum B específico; eu poderia até estar errado em pensar que A precede B. Mas se eu sei $\langle A, B \rangle$ pela evidência de $\langle a, b \rangle$ -irreversível, então eu devo seguir a regra que o primeiro estado é, ou contém a condição do último. Esta meta-regra para a regra específica fundada empiricamente, qual seja, a irreversibilidade de $\langle A, B \rangle$, é a única condição sob a qual eu posso fazer a distinção entre objetos estáveis e objetos mudando ou acontecimentos objetivos, uma vez que a evidência da irreversibilidade de $\langle a, b \rangle$ não é suficiente. (BECK, 1978, p.152)

Pelo que vemos, o conhecimento de $\langle A, B \rangle$ se dá por uma regra que é fundada empiricamente. No entanto, ela é uma parte específica de uma regra geral, que é o próprio princípio da Segunda Analogia. Esse princípio estabelece, por sua vez, que tudo o que acontece, está sob a regra de causalidade. O que se pode perceber disso é que mesmo que se conhecêssemos a irreversibilidade dos estados a partir da irreversibilidade das percepções, ainda que se conceda essa possibilidade, é porque anteriormente a essa circunstância existe uma meta regra que nos diz que $\langle A, B \rangle$ será verificado empiricamente. Mas atentemos para um fato, que será analisado com maior detalhe mais tarde: essa meta regra apenas sinaliza a verificação da irreversibilidade

entre os estados dos fenômenos, mas não a fundamenta. Também atentemos para a colocação de Beck: a regra mais geral é o próprio princípio da Segunda Analogia. Esse princípio, por sua vez, somente nos mostra que “para todo evento, há uma causa” (visto que seu objetivo é mostrar como se dá a determinação no tempo entre dois estados - uma mudança – segundo uma regra), enquanto mostrar a irreversibilidade entre estados de objetos requer a fundamentação de um princípio que diga respeito à regularidade na natureza.

É certo que o esquema de causalidade é fundamental para a construção dessa sucessão fenomênica no plano objetivo, mas ao que parece, o interesse de Kant na Segunda Analogia está justamente em fundamentar a distinção entre percepções sucessivas e coexistentes, o que está explícito em um dos pontos da citação de Beck. No caso de representações de sucessões fenomênicas – que são possíveis justamente pela ação do esquema de causalidade – é sabido que os estados, no plano fenomênico, também estão ocorrendo na mesma sucessão. Contudo, com os argumentos da Segunda Analogia, não é possível fundamentar como se dá a irreversibilidade dos estados dos objetos, visto que com seus argumentos não é possível saber “qual *A* específico precede qual *B* específico”. Sendo assim, a fundamentação da instanciação específica do princípio da meta regra posta pela Segunda Analogia, qual seja, a investigação sobre a regularidade entre os estados no plano fenomênico, está para além dos argumentos estabelecidos nela.

No próximo capítulo, procuraremos trazer outro ponto de vista que corrobora essa leitura que fizemos acerca do ponto de vista de Beck sobre a Segunda Analogia da Experiência. Com a ajuda de Henry Allison, procuraremos entender melhor o objetivo das Analogias como um todo, e, além disso, daremos um exemplo de leitura acerca da Segunda Analogia que talvez fosse interessante para responder a acusação de Strawson. No entanto, também mostraremos como esse tipo de leitura parece ser problemático, e como o objetivo da Segunda Analogia parece não estar tão relacionado à interpretação oferecida por ele.

4.6 HENRY ALLISON: DEFESA CONTRA A ACUSAÇÃO DE *NON SEQUITUR*

No capítulo que se segue, será apresentado outro ponto de vista em defesa de Kant, recorrendo às análises feitas por Henry Allison. Em seu livro *Kant's Transcendental Idealism: An interpretation and defense*, Allison faz um comentário detalhado acerca dos pontos principais da primeira *Crítica*, e em um de seus capítulos, procura esclarecer qual é o objetivo geral das três Analogias, além de apontar pontos fundamentais no interior da argumentação de cada uma delas. Além disso, Allison também apresenta as principais críticas que essa parte do argumento de Kant recebeu – e aqui também entram considerações sobre a acusação feita por Strawson –, procurando respondê-las. Esse capítulo, portanto, destina-se a analisar pontos dessa trajetória feita por Allison, e será dividido em duas partes: a primeira conterà explicações sobre o objetivo geral das três Analogias da Experiência, e a segunda apresenta a leitura da Segunda Analogia proposta por Allison com intuito de distingui-la da falácia identificada por Strawson, mas sem omitir suas fragilidades.

4.6.1 A Problemática Geral das Três Analogias da Experiência

Em primeiro lugar, procuraremos considerar qual foi o objetivo de Kant ao escrever as três Analogias da Experiência. Faremos isso porque compreender esse objetivo esclarece um pouco mais a diferença entre o que Kant pretendia estabelecer e a interpretação que motivou a acusação de Strawson. Grosso modo, o principal objetivo da Segunda Analogia parece não pode satisfazer ao que Strawson sente falta no interior dos argumentos de Kant, pois se destinam a estabelecer as condições de determinação do tempo, isto é, a ordem objetiva temporal das representações. Essa finalidade verifica-se em cada uma das Analogias, visto que cada uma delas procura explicar um “modo” do tempo, qual seja: duração, sucessão e coexistência.

A solução de Kant para o problema geral das Analogias é que só se representa um objeto (no caso, uma ordem temporal objetiva), ao subsumir nossas representações a uma regra. A “necessidade” aqui imposta por essa regra consiste justamente na subsunção do múltiplo (sensível e temporal) ao entendimento. Isso, por sua vez, é o

que promove uma ordem temporal objetiva, fazendo com que o tempo adquira validade objetiva. Essa necessidade, e a validade objetiva que dela decorre, é produzida pela imposição de uma regra *a priori*. Sendo assim, cada uma das Analogias está preocupada em distinguir regras que são requeridas para a cognição (experiência) de relações objetivas dos fenômenos no tempo.

Dito isso, seguem-se duas interpretações possíveis. Uma “interpretação forte” da Segunda Analogia afirma que a representação de eventos pressupõe que esses recaiam, de fato, sob leis causais. Essa interpretação, contudo, difere da “fraca” – que admitimos aqui nesse trabalho – que afirma que a representação de eventos pressupõe apenas o esquema da causalidade, que é o modo como esse conceito do entendimento se realiza na experiência.

Sob o ponto de vista da interpretação forte, a transição do estado *A* para o estado *B*, para que seja encarada como uma genuína mudança, deve estar subsumida a uma lei causal⁹:

Expressando sistematicamente, a afirmação é que para cada objeto de tipo *x* que muda do estado *A* no tempo *t*₁ para o estado *B* no tempo *t*₂, deve haver alguma “condição inicial” *C* que, sendo dada (junto com certas “condições permanentes não especificadas”), estados do tipo *A* serão necessariamente seguidos por estados de tipo *B* em todos os objetos de tipo *x*. [...] Uma vez que afirmar que *A* é a causa de *B* é afirmar que há uma lei causal conectando eventos de tipo *A* a eventos de tipo *B*, pode-se pensar que a conformidade de todos os eventos a leis causais empíricas segue-se diretamente da sua subsunção a “lei transcendental de conexão de causa e efeito.” (ALLISON, 2004, p. 258)

Sob o ponto de vista dessa leitura, a Segunda Analogia da Experiência seria a responsável, então, por apresentar que, dada uma “condição *C*” – uma causa – a transição do estado *A* para o estado *B* ocorreria. Também percebe-se que essa condição já seria uma resposta para um suposto princípio de regularidade, visto que, se essa mesma “condição *C*” ocorresse num estado *A* de mesmo tipo, se seguiria sempre um estado *B* de mesmo tipo. Fazer estas afirmações, por sua vez, supõe a existência de leis causais que garantissem essa transição regular entre estados. A Segunda

⁹ Entendemos que essa afirmação é procedente; de fato, a transição entre estados está conectada segundo leis causais. O problema é extrair essa afirmação apenas com os argumentos apresentados na Segunda Analogia da Experiência, como veremos a seguir.

Analogia, sob essa interpretação, forneceria a base para tais afirmações pelas colocações (muitas vezes escorregadias) que Kant faz no início de sua argumentação, transitando entre expressões tais como “lei de causalidade” e “princípio da ligação de causa e efeito”. No entanto, acreditamos que essa interpretação forte está em desacordo com o que Kant procura estabelecer na Segunda Analogia da Experiência. Entendemos que a Segunda Analogia procura mostrar como funciona o esquema de causalidade. Apresentar esse funcionamento, por sua vez, passa por mostrar de que forma a categoria de causalidade se aplica e se restringe, ao mesmo tempo, à sensibilidade. No caso específico da categoria de causalidade, “o esquema é a forma do pensamento de uma sucessão objetiva, uma vez que é a regra por meio da qual nós podemos tomar a sucessão das percepções como produzindo a percepção de um evento.” (ALLISON, 2004, p.256). O esquema de causalidade está relacionado justamente com a cognição do que seria um evento. Portanto, diz respeito à cognição de sucessões objetivas na experiência. Para ter conhecimento dessa sucessão, por sua vez, assume-se a ordem das percepções como irreversível, ao subsumi-las todas a uma regra, qual seja, a categoria de causalidade. Estabelecer isso parece ser diferente de estabelecer relações causais entre estados, ou eventos da percepção. A sucessão objetiva diz respeito, é certo, a determinações causais entre os estados, mas parece que o escopo da Segunda Analogia tem um objetivo mais modesto do que estabelecer essa relação: ela procura somente esclarecer de que modo a categoria de causalidade é aplicada com vistas à experiência – nada mais do que um esquema – e como a subsunção do material sensível a ela permite que se possa representar uma sucessão objetiva. É essa subsunção que torna possível, portanto, a cognição de um evento, o que parece ser muito diferente de tornar cognoscíveis as relações causais que o envolvem:

Contra esta leitura, deve-se insistir que a Segunda Analogia supostamente nos providencia uma espécie de garantia a procurar pela causa de qualquer evento e, portanto, pela lei causal a qual ele está subsumido. Mas isso não determina o que é a causa ou garante que nós devemos ser capazes de descobri-la ou a sua lei causal relevante. [...] nós vemos que a Segunda Analogia nos possibilita a determinar *a priori* que para qualquer evento dado *y*, deve haver algum evento antecedente *x* a partir do qual *y* se segue de acordo com uma regra, mas isso não garante que ela possa ser encontrada. (ALLISON, 2004, p 258).

Desse modo, a Segunda Analogia revela, ao explicar como funciona a categoria de causalidade e seu esquema, relacionado com o que é dado sensivelmente, que para todo evento, há uma causa. No entanto, estabelecer de que modo se dá essa conexão causal e qual seria ela exatamente, não está no âmbito do entendimento. Como discutimos anteriormente, nas considerações sobre as teorias de Beck, a meta regra (que para qualquer evento dado y , deve existir algum evento antecedente x do para o qual y se segue de acordo com uma regra), não estabelece a verificação (em nível empírico) de leis causais relacionando os objetos. Ao que parece, a Segunda Analogia da experiência apenas traz à tona uma questão que está num nível mais profundo, qual seja: saber de onde vem a necessária ordem temporal objetiva à qual devem estar sujeitos todos os eventos. A sucessão objetiva, uma vez estabelecida com o esquema de causalidade, revela que por trás dessa sucessão, existe uma série de condições que são supostas para que se possa ter cognição de tais eventos. Assim, a Segunda Analogia revela aspectos da ponta do problema que precisa ser solucionado: com a sucessão objetiva fica claro que todo evento recai sob instâncias de leis causais. No entanto, as condições de representação dessa sucessão (qual seja, a categoria de causalidade e seu esquema, por um lado; sintetizando e determinando dados sensíveis, por outro) são insuficientes para conferir normaticidade a essa conexão causal entre os objetos que representa: “Apesar de tudo que as Analogias demonstraram, continua a ser possível que a natureza seja tão complexa que o entendimento humano nunca seja capaz de encontrar o seu caminho sobre ela” (ALLISON, 2004, P. 260).

Desse modo, a Segunda Analogia ainda deixa indeterminada a base ou a conexão causal que fundamenta a parte objetiva da sucessão temporal, qual seja, a conexão causal no âmbito do fenômeno. Ela apenas deixa claro de que modo é possível fazer distinções entre percepções coexistentes e sucessivas (justamente por submeter os dados sensíveis ao crivo da categoria de causalidade). É certo que essa categoria também é construtiva no âmbito do fenômeno, mas também lembremos que sua preocupação é apenas com a natureza de um evento, de uma mudança. A interpretação forte consiste justamente em não reconhecer essa restrição. No entanto, ao limitar a ação do esquema de causalidade, parece que a determinação daí resultante ainda não nos torna aptos a distinguir sucessões contingentes de regularidades

genuínas, que invocariam, no interior de sua determinação, conexões por meio de leis causais.

Assim sendo, nossa discussão nos mostra que precisamos ir adiante nessa investigação para saber se Kant procurou estabelecer, em alguma parte da *Crítica*, esta conexão causal entre os objetos da percepção. Do contrário, podemos nos perguntar se a acusação de Strawson de fato procede, de modo a concluirmos que a Segunda Analogia fez uma tentativa insuficiente de explicar como há irreversibilidade entre os objetos da percepção? Nosso objetivo no próximo capítulo é mostrar que Kant importou-se com essa questão e procura dar um caminho de resposta para ela. Mas não com os Argumentos da Segunda Analogia.

5 AS CONDIÇÕES DA CAUSALIDADE COMO IDEIAS DA RAZÃO: OS (POSSÍVEIS) FUNDAMENTOS PARA O “MESMAS CAUSAS, MESMOS EFEITOS”¹⁰

Como já vimos no primeiro capítulo deste trabalho, o entendimento, ao determinar o diverso já reunido pela faculdade de imaginação, acaba por finalizar essa síntese iniciada por ela, fixando os fenômenos no tempo. Desse modo, caracteriza-se uma mudança: o estado que veio antes está determinado, assim como o que veio depois. Mas “antes” e “depois” não são predicados que resultam de meros juízos empíricos. Eles são determinações do tempo, que, em si mesmo, é de natureza ideal e *a priori*, e indeterminado tanto em relação às suas partições quanto em relação a qualquer ordem em que suas possíveis partes possam ser dispostas. Cabe, então, ao entendimento promover essa determinação do tempo, particionando-o e ordenando as suas partes.

O conceito do entendimento cujo esquema pode realizar essa tarefa é o conceito de causa e efeito. O esquema do conceito de causa e efeito é a mudança. Em outras palavras, a mudança é o modo como o conceito de causa e efeito realizam-se na experiência possível. Sem a mudança, esse conceito seria vazio. Ora, a mudança

¹⁰ É importante ressaltar que vários comentadores incluem as ideias da razão na discussão sobre o estatuto da causalidade em Kant. Neste trabalho, os comentários de Henry Allison (1983) e Gerard Buchdahl (1992) foram utilizados para sustentar essa inclusão. Nas discussões de Henry Allison, as ideias da razão têm um papel importante, visto que ele também considera que há uma diferença entre os princípios acerca da causalidade, a saber, “todo-evento-alguma-causa” e “mesmas-causas-mesmos-efeitos”, e as ideias da razão são um elemento importante para auxiliar a fundamentação do último princípio, já que o primeiro, segundo ele, não é suficiente para provar o último. As teorias de Allison vão mais adiante do que a discussão apresentada aqui, chegando à terceira *Crítica*, aos juízos teleológicos. Contudo, tanto Henry Allison (1983) quanto Gerard Buchdahl veem a determinação que é feita pelo entendimento com respeito à relação de causalidade como uma determinação de primeira ordem, necessitando de uma condição suplementar de determinações para que se possa falar em uma “natureza”, ordenada segundo leis (científicas, segundo Buchdahl). Para ambos, as ideias da razão realizam essa determinação de segunda ordem, tornando as determinações de séries contingentes (como eles afirmam que são as séries determinadas pelo esquema de causalidade), em genuínas regularidades.

pressupõe uma ordem temporal objetiva, isto é, um “antes” e um “depois”. Portanto, a representação da mudança (de uma ordem temporal objetiva) pressupõe o conceito de causa e efeito – em outras palavras, “para todo evento, uma causa”. Mas como saber qual causa deve agir em cada tipo de mudança? Como deve ser o mundo da nossa experiência para que nele haja intuições empíricas suficientes para corresponder não apenas às mudanças (isto é, dois estados de coisas distintos), mas a tudo o mais que se espera do conceito de causa, entre eles, a ocorrência de sucessões objetivas regulares que mereçam estatuto de leis naturais? Dito de outro modo, ainda que o argumento da Segunda Analogia fosse suficiente para assegurar o princípio de causalidade, ele deixa indeterminado um grupo suplementar de condições relativas àquilo que apenas pressupõe, sem ser capaz de fundamentar: um princípio de regularidade. De que modo, Kant ainda espera poder sustentar esse princípio? Nosso objetivo, neste capítulo será apresentar um horizonte de resposta à essa baseado tanto no “Apêndice à Dialética Transcendental” da primeira *Crítica* quanto nos *Prolegômenos* a toda Metafísica Futura, quando ambos tratam do uso empírico das ideias da razão.

5.1 A MUDANÇA DETERMINADA PELA SÍNTESE DO ENTENDIMENTO E A SUA IRREDUTIBILIDADE AO PRINCÍPIO “MESMAS-CAUSAS-MESMOS-EFEITOS”

O conceito de mudança kantiano pressupõe dois estados opostos que ocorrem sucessivamente em um mesmo objeto¹¹. Notemos que são sempre dois estados, um antes, e outro depois. É certo que essa sequência estende-se e repete-se por diversas vezes com objetos da mesma espécie. Todavia, conforme já alertamos, o entendimento não nos informa acerca de qualquer uniformidade, sistematicidade ou série de representações, que ultrapassem a determinação de pequenas sequências de representações tomadas uma a uma. A função do entendimento, ao determinar a síntese inicialmente produzida pela imaginação, é dar um caráter objetivo tanto para as representações do sujeito quanto para a percepção do tempo. Essa determinação da síntese, se bem observada, não torna nenhuma série de representações coordenada

¹¹ Vide B233.

segundo uma lei – em outras palavras, síntese e sistematização são funções distintas. Eis umas das razões por que a aplicação do princípio da causalidade (“para todo evento, uma causa”) não tem consequências nomológicas, de tal modo que não confere nomicidade aos eventos por ele ligados numa sucessão objetiva.

Todavia, conforme vimos no argumento da “premissa independente” de Beck, essa aplicação pressupõe a nomicidade do evento em questão. A questão torna-se, então, como essa nomicidade aqui pressuposta pode ser de algum modo fundamentada *a priori*, isto é, pode de algum modo ser determinada por algum outro recurso que transcenda a simples conjunção constante, à qual Hume reduzira conjuntamente tanto o “mesmas causas mesmos efeitos” (problema epistemológico) quanto o “para todo evento, uma causa” (problema ontológico). Figueiredo (2005) sustenta a insuficiência da analítica dos conceitos para essa finalidade, observando:

Pois bem poderia acontecer que a natureza, [...] fosse destituída de todo e qualquer princípio de ordenação e coerência internas. Estaríamos frente a um cenário desolador, composto por fenômenos tão diversos entre si que toda comparação entre eles se tornaria impossível. Fosse assim, não haveria modo de classificar a natureza [...]. Resta que o entendimento, por si mesmo, é incapaz de afastar a hipótese da desordem empírica, visto que tudo que lhe compete é a determinação de fenômenos enquanto objetos de experiência, tarefa de que se incumba mediante a aplicação de seus conceitos a intuições sensíveis. (FIGUEIREDO, 2005, p.52)

Observemos que Figueiredo inicia sua formulação colocando um contrafactual que traz consequências importantes: por mais ampla que seja a determinação do entendimento sobre os objetos, isso ainda não afasta a hipótese da desordem empírica, da não-uniformidade entre os acontecimentos. Poderia acontecer, como Figueiredo nos alerta, um caso onde os objetos fossem determinados pelo entendimento e, no entanto, a sucessão deles no tempo não fizesse sentido, ou nem sequer houvesse sucessão. Então, resolver essa questão não passa pela analítica dos conceitos, porque se assim o fosse, ao formular um contrafactual como esse, cuja resposta seria fornecida ao recorrer aos conceitos do entendimento, ele seria um completo contrassenso – estariam, então, novamente reunidas as condições para um flagrante caso, conforme antecipara Strawson, de *non sequitur*.

Como percebemos, a determinação de objetos ao nível dos conceitos do entendimento definitivamente não nos oferece um bom caminho para a fundamentação do princípio “mesmas-causas-mesmos-efeitos”, que afastasse a hipótese apresentada por Figueiredo. O entendimento por si só não promove, portanto, uma interconexão sistemática de toda a série de fenômenos determinados por ele. A fundamentação da sistematicidade e uniformidade demandada pelo princípio “mesmas-causas-mesmos-efeitos” parece requer uma função cuja principal atribuição seja sistematizar o que já se encontra sintetizado pelo entendimento.

Ora, as ideias da razão têm justamente essa função. Poderiam, então, oferecer aquilo que Kant reconheceria como candidata a estabelecer o princípio “mesmas-causas-mesmos-efeitos”. Para melhor investigar esses possíveis propósitos kantianos, analisemos o “Apêndice à Dialética Transcendental”, que procura esclarecer qual a natureza do uso empírico das ideias da razão.

5.2 O ESTATUTO DA RAZÃO E DAS IDEIAS DA RAZÃO NO SISTEMA EPISTEMOLÓGICO KANTIANO

“Todo o nosso conhecimento começa pelos sentidos, daí passa ao entendimento e termina na razão, acima da qual nada se encontra em nós mais elevado que elabore a matéria da intuição e a traga a mais alta unidade do pensamento” (CRP,A299/B356). Essa passagem já delimita o lugar ou a função da razão no sistema de Kant: unificar o conhecimento, e, de certo modo, pôr um fim na multiplicidade ou diversidade das determinações do entendimento. Assim como o objeto do entendimento é a sensibilidade, o objeto da razão é o próprio entendimento. A função dela é “tornar sistemática a unidade de todos os atos empíricos possíveis do entendimento”(CRP,A664/B692). A necessidade dessa ação sistematizadora da razão significa que os “atos empíricos” do entendimento podem restar tão múltiplos quanto aquilo que adveio da sensibilidade e esteve a cargo do entendimento determinar. Mas, diferentemente da razão, o entendimento atua mediante regras – afinal, elas são fundamentais para que haja, de fato, uma determinação do objeto –, enquanto a razão

unifica os diferentes usos dessas regras mediante princípios ou máximas, que organizarão toda a série da experiência em totalidades cada vez mais abrangentes.

A ação unificadora da razão corresponde à expectativa de estendermos ao máximo a série de experiências possíveis, buscando alcançar o incondicionado na série de condições. É um fato que a série de experiências que um indivíduo realiza é limitada, mas isso não impede que possa ser estendida em direção ao incondicionado: “o princípio próprio da razão em geral [...] é encontrar, para o conhecimento condicionado do entendimento, o incondicionado pelo qual se lhe completa a unidade.” (CRP, A307/B364) A função da razão, então, é justamente conferir uma unidade, uma uniformidade, uma completude para o conhecimento produzido pelo entendimento. E aqui vale a seguinte ressalva acerca da atuação da razão: ela opera somente sobre o entendimento, e tem sua validade objetiva somente se respeitado o caráter media toda relação que mantém com os objetos. De modo algum, a razão determina algo diretamente no objeto, pois é logicamente anterior a essa determinação, colocando limites e regulando toda a possibilidade de experiência de acordo com seus princípios.

A razão nunca se reporta diretamente a um objeto, mas simplesmente ao entendimento e, por intermédio deste, ao seu próprio uso empírico; não cria, pois, conceitos (de objetos), apenas os ordena e lhes comunica aquela unidade que podem ter na sua maior extensão possível, isto é, em relação à totalidade das séries, à qual não visa o entendimento, que se ocupa unicamente do encadeamento pelo qual se constituem, segundo conceitos, as séries de condições.. [...] tal como o entendimento reúne por conceitos o que há de diverso no objeto, assim também a razão, por sua vez, reúne por intermédio das ideias o diverso dos conceitos, propondo uma certa unidade coletiva, como fim, aos atos do entendimento. (CRP, A644/B671-2)

Então a razão, sempre com vistas à experiência, sem contudo jamais referir-se diretamente a ela, torna-a uniforme e de acordo com uma unidade capaz de convertê-la em um sistema. E ela faz isso por meio de um elemento também presente na passagem acima: as ideias. Assim como o entendimento determina objetos mediante categorias, a tão requerida unidade sistemática da experiência incide sobre os atos de determinação do entendimento mediante ideias. “As ideias, porém, ainda estão mais afastadas da realidade objetiva do que as categorias, pois não se encontra nenhum fenômeno em que possam ser representadas in concreto.” (CRP, A568/B595). Desse modo, a função das ideias é produzir a unidade sistemática do conhecimento, de

maneira a conectá-lo como um sistema. Ou, nas palavras de Allison, “[a razão tem] uma função positiva [...] com respeito ao uso empírico do entendimento” (2004, p.423). Isso quer dizer que a razão e a unidade sistemática promovida por ela dizem respeito às determinações do entendimento em seu caráter empírico. Pode-se entender que a razão é a responsável por garantir um uso empírico coerente do entendimento, visto que seus princípios “são essenciais para o progresso do entendimento dentro da experiência” (ALLISON, 2004, p. 309).

Resta saber se a razão possui um valor objetivo visto que é responsável (ainda que de modo logicamente anterior) por tornar coerentes as determinações empíricas do entendimento:

[...]Tal unidade sistemática, enquanto inerente aos próprios objetos, é admitida *a priori* como necessária.[...] A lei da razão que nos leva a procurá-la é necessária, pois sem ela não teríamos razão, sem razão não haveria uso coerente do entendimento e, à falta deste uso, não haveria critério suficiente da verdade empírica e teríamos, portanto, que pressupor, em relação a esta última, a unidade sistemática da natureza como objetivamente válida e necessária.(CRP,A651/ B679)

A razão conecta-se (mesmo que indiretamente) com a experiência na medida em que participa das condições pelas quais as verdades empíricas são obtidas. O mais comum dos conhecimentos que se pode ter refere-se a essa unidade. Portanto, ela não é uma espécie de “acabamento do sistema” kantiano posicionado nos seus limites mais longínquos e extremos, mas logicamente deve ser considerada desde sua base, como seu pano de fundo, visto que essa unidade de algum modo condiciona todos os atos de determinação do entendimento. Se o sujeito pode ter um conhecimento ordenado de uma série de eventos, é porque a unidade sistemática da razão oferece justamente essa sistematicidade entre os acontecimentos, satisfazendo uma parte importante das condições formais para que os juízos a seu respeito tornem-se verdades empíricas:

O que fica claro é que a razão parece ter duas características importantes com vistas ao uso empírico do entendimento: é condição de possibilidade de seu uso coerente com respeito a determinação do que é dado empiricamente; e, além disso, conforme foi citado anteriormente, é um dos critérios formais para a verdade empírica do que foi produto da determinação do entendimento. Assim interpretada, a unidade

sistemática produzida pela razão confere a essa faculdade um caráter mais ativo com relação à experiência. Podemos enfatizar isso com as próprias afirmações de Kant, visto que ele defende, em CRP, A650/B678, que a unidade sistemática “não é só um princípio econômico da razão, mas uma lei interna da natureza”. Desse modo, a sistematicidade conferida pela razão parece não apenas ter um caráter assessorio, sendo uma mera exigência do método. O uso empírico das ideias da razão parece ter também um caráter objetivo, na medida em que deve ser compreendido como uma lei interna da natureza. Para discutir essa questão, uma distinção nos será útil: a diferença entre o uso regulativo e constitutivo das ideias da razão.

Em seu uso meramente regulativo, as ideias da razão “serve[m] para encontrar um princípio para o diverso e para o uso particular do entendimento e desse modo guiar esse uso”(CRP,A647/B675). Dito de outro modo, as ideias no seu uso regulativo apenas conectam o conhecimento segundo as máximas da razão, de modo a lhes trazer à unidade:

As ideias transcendentais expressam, portanto, a peculiar vocação da razão, a saber, constituir-se em um princípio da unidade sistemática do uso do entendimento.[...] Essa unidade [...] é propriamente regulativa, [...] visto que ela serve apenas para trazer a experiência o mais próximo possível da completude em seu próprio interior.” (P,§ 56).

As ideias no seu uso apenas regulativo acabam por dirigir a série de condições rumo ao incondicionado, jamais atingido, porém sempre buscado. Contudo, a discussão anterior mostrou que a razão apresenta características que parecem ir além desse caráter apenas “regulador” apresentado. Ora, uma faculdade que torna coerente todas as ações de determinação do entendimento com vistas à experiência, e além disso apresenta um caráter objetivo, parece não ser somente algo que apenas “regula” ou “ordena” de modo simples os produtos que lhe competem. Seu caráter, nessa interpretação, parece apontar que seu uso seja também constitutivo na medida em que seus princípios modificam os atos do entendimento – que, por consequência, constituem um mundo objetivo – ordenando-os e conferindo-lhes coerência. As ideias da razão podem ser assim entendidas como constitutivas não da natureza, mas da experiência. Ficariam a meio caminho: nem em uma posição de possibilitar a afirmação

de um princípio de regularidade (e isso seria cometer a sub-repção), mas também não sendo somente um princípio heurístico, metodológico – justamente por possibilitar toda a coerência dos atos do entendimento. Sabe-se que o próprio Kant considera essa possibilidade, quando coloca em dúvida seu ponto de vista sobre o estatuto das ideias da razão, ao enxergá-las como leis internas da natureza:

Lá [na *Crítica*] se adiantam certos princípios da razão que determinam *a priori* a ordem da natureza, ou antes, o entendimento, que deve buscar as leis daquela ordem por meio da experiência. Eles parecem ser constitutivos e normativos em relação à experiência, embora brotem da mera razão, que não pode, como o entendimento, ser considerada como um princípio de experiência possível. Se, agora, essa concordância baseia-se em que, assim como a natureza em si mesma não adere aos aparecimentos ou à sua fonte, a sensibilidade, mas só é encontrada na relação entre esta e o entendimento, do mesmo modo uma experiência possível unificada (em um sistema) em relação à razão, e com isso, também a experiência se sujeita indiretamente à legislação da razão: tudo isso é algo que deve ser ponderado de forma adicional por aqueles que querem investigar a natureza da razão também além de seu uso em metafísica,[...]pois, embora eu tenha apresentado, no próprio livro, esse problema como importante, não tentei solucioná-lo.” (P, §60)

Essa passagem nos mostra que para Kant essa duplicidade do caráter ora regulativo ora constitutivo das ideias da razão também estava em questão. Sabe-se que o sujeito tem uma disposição natural a querer afirmar, categoricamente, os princípios que regulam a experiência. A razão busca, tanto quanto possível, alcançá-los. Porém, eles nunca serão realizáveis na experiência, e fazer essa tentativa leva à sub-repção: considerar como algo próprio aos objetos aquilo que é meramente pensado no objeto. Como já vimos, as ideias, se pensadas somente segundo seu caráter regulativo, não levam o sujeito à ilusão transcendental, pois apenas limitam toda a experiência. Porém, a citação acima colocada mostra uma dúvida de Kant sobre o estatuto das ideias da razão: seriam elas somente regulativas? Seriam elas apenas regras para ordenar a série de fenômenos, que após serem levadas em consideração seriam descartáveis? Dizem respeito apenas ao modo de pensar do sujeito? O próprio Kant poderia ter dissipado essa tensão, descartando essa distinção e levando em consideração apenas as ideias da razão em seu caráter regulativo. Se elas fossem meramente regulativas, talvez não precisassem ter validade objetiva. É certo que a faculdade que acaba por determinar os fenômenos, é, de fato, o entendimento em seu uso empírico. Mas – e aí

está o ponto – esse uso empírico é possível porque, ao menos, já se pressupõe a unidade sistemática promovida pelas ideias da razão. Eis a função – e a justificação – da premissa independente de Beck. Desse modo, podemos pensar que toda a determinação (feita pelo entendimento) do que advém da sensibilidade unificada em um grande sistema só é possível porque já se considera a unidade sistemática promovida pelas ideias da razão como anterior à qualquer tipo de experiência que o sujeito tenha. O entendimento promove a unidade do múltiplo sensível – a chamada unidade sintética – que é das partes para o todo: do múltiplo da sensibilidade que se torna unificado em um único objeto. Já as ideias promovem a coerência dos atos do entendimento – a unidade analítica – que é do todo para as partes: como se o ideal da razão iluminasse retrospectivamente a experiência, sem que jamais a soma de todas as partes (as determinações do entendimento) pudesse atingir essa unidade. Como dito na citação dos *Prolegômenos*, dizer que a “experiência sujeita-se à razão” significa nada mais do que o entendimento em seu uso empírico fazendo a determinação do material advindo da sensibilidade já pressupõe uma unidade dos atos dessa sua ação sintética.

Nesse sentido, é razoável supor que as ideias da razão também possam ter um caráter constitutivo, na medida em que contribuem para que a determinação feita pelo entendimento seja regular e coerente. Aqui, podemos lembrar a observação feita por Figueiredo: não fossem as ideias da razão, o entendimento determinaria, sim, os fenômenos, mas o mundo poderia continuar em uma completa desordem, visto que careceria de uma unidade em um sistema, uma regularidade. Ora, as ideias da razão acabam por garantir essa regularidade à série fenomênica, ordenando-a em um sistema. E assim sendo, na medida em que também sistematizam o modo como o entendimento organiza e determina os objetos, também tem seu caráter constitutivo, fazem parte da constituição de um objeto, e mais, da experiência como um todo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto ao longo desse trabalho, duas questões dão ensejo ao problema filosófico da causalidade, a saber: por que tudo que começa a existir tem uma causa, e, por que, das mesmas causas, se seguem sempre os mesmos efeitos. Ambas as questões dizem respeito à necessidade de existir regularidades na natureza – embora a segunda questão pressuponha essa necessidade de modo mais direto. Na Segunda Analogia, podemos considerar que a base do argumento de Kant está no conceito de mudança. O conceito de mudança diz respeito à determinação da ordem de dois estados de modo que sejam irreversíveis. Contudo, entendemos que o estabelecimento de uma sucessão objetiva de estados (que parece ser o objetivo de Kant na Segunda Analogia), parece ter uma finalidade distinta da de fundamentar um princípio que nos permita sustentar que há regularidade na natureza. Afirmamos isso porque, ao que parece, o conceito de mudança parece tratar da natureza de um evento, e não do ordenamento (necessário e invariável) de vários eventos. Mas, para isso, Kant precisa também estabelecer que a natureza como um todo se comporta de maneira regular, que é o que um princípio de regularidade deveria estabelecer? O argumento kantiano, ao estabelecer a ordem objetiva dos fenômenos e com isso também o conceito empírico de tempo, parece justificar apenas que o esquema de causalidade é o responsável pela representação de sucessões objetivas no mundo. Mas isso é tudo? Sabemos que com o princípio da Segunda Analogia, Kant pretende sustentar que “para todo acontecimento existe uma causa”. Porém, essa posição se sustenta por si só? Para realizar sua pretensão, Kant não deveria ter pressuposto outro princípio, a saber, “mesmas causas, mesmos efeitos”? Ou será que ele estaria tentando provar o último princípio a partir do primeiro?

Strawson acusa Kant de inferir leis causais entre os objetos a partir de uma irreversibilidade na ordem das representações do sujeito. Desse modo, inferir-se-ia uma ordem objetiva a partir de uma ordem subjetiva, o que de fato constituiria um *non sequitur*. Mas, como vimos na resposta de Beck, a inserção de uma premissa independente em seu argumento assegura – ao menos, em geral ou em tese – a

irreversibilidade entre os objetos da percepção, convertendo-a numa alternativa para a sustentação do princípio “mesmas-causas-mesmos-efeitos”, requerido pela objeção de Strawson. Mas apenas alegar a independência da irreversibilidade entre os objetos, por mais que seja suficiente para afastar a suspeita de um *non sequitur*, não é ainda suficiente para fundamentá-la como tal. Portanto, para que a alegada independência da irreversibilidade objetiva não fosse absoluta, haveria alguma forma de fundamentá-la no sistema epistemológico de Kant? Kant estaria preocupado em estabelecer o princípio “mesmas-causas-mesmos-efeitos”, ou não há espaço para tal na primeira *Crítica*? Nosso objetivo foi mostrar que, se há algum interesse de Kant em estabelecer este princípio, ele estaria tanto no “Apêndice à Dialética Transcendental” da primeira *Crítica* quanto nos *Prolegômenos a toda Metafísica Futura*, quando ambos tratam do uso empírico das ideias da razão.

Ao tratar mais detalhadamente desse assunto, a saber, a função da razão no que diz respeito à uma hipótese de fundamentação do princípio “mesmas-causas-mesmos-efeitos”, percebemos que essa unidade sistemática procurada por ela tem “força prescritiva”, como reforça Allison. Isso acontece porque esse princípio constrange o entendimento a procurar sempre essa unidade, sem jamais encontrá-la. Desse modo, essa busca por tal unidade no âmbito da experiência – reiteramos: tal busca que é, antes de tudo pressuposta e imposta pela razão – significa dizer que os princípios da razão “projetam uma ordem na natureza (como sistematicamente unificada)”. Ao retomarmos a discussão aberta anteriormente sobre o uso constitutivo e regulativo das ideias da razão, podemos entender que seu caráter constitutivo talvez possa ter fundamento justamente nessa projeção: sabemos que afirmar categoricamente que exista, tal unidade, nos levaria a sub-repção. Contudo, essa exigência natural da razão, ainda mais como princípio *a priori* de um uso coerente do entendimento, pode ser justamente o que acaba tornando a experiência algo sistematicamente unificado, pela projeção dessa ordem no plano da experiência. Desse modo, podemos dizer que a razão não é simplesmente um “dispositivo heurístico” no sistema epistemológico kantiano, mas que tem sua força no plano objetivo na medida em que projeta nele uma sistematicidade, uma unidade que talvez, sem a ação da razão, não existisse.

Ao observar essa força prescritiva da razão, ao projetar sua busca por uma unidade na natureza, percebemos que talvez ela seja um bom horizonte de resposta à questão levantada (porém não explicada) pela Segunda Analogia: como podemos fundamentar nossas percepções sucessivas de eventos no plano fenomênico? De que modo sabemos que há uma unicidade na experiência, de modo a procurar fundamentar o princípio “mesmas-causas-mesmos-efeitos”? Talvez por força da razão. Essa faculdade, que ao mesmo tempo, fornece a base e projeta o estado final de nossas experiências, parece organizá-la de modo sistemático e conectado. Seu caráter prescritivo, visto que é o critério da verdade empírica, acaba dizendo respeito de fato, a experiências no plano fenomênico. Além disso, também não está descolada da faculdade do entendimento, visto que é a responsável por seu uso coerente. Saber como são possíveis percepções sucessivas que dizem respeito a um mundo objetivo, é tudo o que é mostrado pela Segunda Analogia: como as determinações do tempo estão relacionadas e tornam possíveis percepções objetivas. No entanto, sabemos que tal irreversibilidade na ordem das percepções não pode advir unicamente do ordenamento do entendimento: é preciso que se saiba, no plano fenomênico, como tal ordem acontece. Segundo nossa leitura, percebemos que a preocupação da Segunda Analogia está mais em mostrar as determinações temporais e como funciona a ação do esquema de causalidade: de que modo os conceitos do entendimento “realizam-se” na experiência. Isso, embora seja parte importante do processo, não é tudo para mostrar como é possível haver uma experiência sistematizada de séries de eventos, invariavelmente. Tal sistematização, invocada no questionamento que acaba sendo levantado pela Segunda Analogia e reclamado também por Peter Strawson, parece estar justamente nas ideias da razão que, conforme investigamos, podem ser entendidas como tendo uma força prescritiva na experiência, por ser seu critério de verdade empírica, por projetar certa unidade na natureza, mesmo que jamais a encontre. Tal leitura parece concordar também com a hipótese de um uso constitutivo da razão, visto que ela tem seu caráter muito mais ativo por ser responsável pelas determinações do entendimento e, ao mesmo tempo, dizer respeito tão claramente à experiência ao projetar sua unidade.

Sendo assim, talvez possamos encontrar na razão o modo de tornar sem efeito a acusação de Strawson, conferindo uma fundamentação para o princípio “mesmas-causas-mesmos-efeitos”. Saber em que se sustenta a irreversibilidade entre os objetos é saber qual é invariavelmente o efeito que se seguirá de determinada causa. Para saber isto, precisamos saber como é possível haver uma experiência “irreversível” entre esses objetos. Dito de outro modo, essa experiência deve ser regular. Com o estudo e a discussão aqui realizada, esperamos ter ao menos apontado as ideias da razão como boa candidata a esse horizonte de resposta, sendo a responsável por fundamentar tal princípio e garantir, portanto, uma experiência unificada da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLISON, H. **Kant's Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense**. New Haven: Yale University Press, 1983.

_____. **Custom and Reason in Hume**. New York: Oxford University Press, 2008.

BARRA, E. S. O. **Filosófica & Natural: a dupla identidade da causalidade no Tratado de Hume**. Filosofia Unisinos, v. 13, 2012.

_____. **Arquitetônica Kantiana e Gravitação Newtoniana**. Scientiae Studia (USP), São Paulo - SP, v. 2, n.3, p. 327-353, 2004.

BECK, L. W.: **Essays on Kant and Hume**. New Haven: Yale University Press, 1978.

BUCHDAHL, G. **Kant and Dynamics of Reason**. Massachusetts: Blackwell, 1992.

FAGGION, A. L. B. **O Problema da Causalidade à Luz do Naturalismo de Hume e o Criticismo de Kant**. In: Comentários às Obras de Kant: Crítica da Razão Pura. Florianópolis: NEFIPO, 2012.

FIGUEIREDO, V. **Kant & a Crítica da Razão Pura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GUYER, P. **Kant and Claims of Knowledge**. New York: Cambridge University Press, 1987.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. [trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão] Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5.ed. 2001.

_____. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Os pensadores).

_____. **Prolegômenos a Qualquer Metafísica Futura que Possa Apresentar-se como Ciência**. [trad. José Oscar de Almeida Marques] São Paulo: Editora Liberdade, 1.ed.2014.

STRAWSON, P.F. **The Bounds of Sense, an essay on Kant's "Critique of Pure Reason"**. Londres, Methuen, 1966.

WATKINS, E. **Kant and Metaphysics of Causality**. New York: Cambridge University Press, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: METAFÍSICA E EPISTEMOLOGIA

Por decisão do Colegiado do Programa o aluno deverá atender as solicitações da banca, quando houver, e anexar este ao final da dissertação como versão definitiva aprovada pelo orientador, que neste momento estará representando a Banca Examinadora.

Curitiba, 28 de outubro de 2015.

Prof. Dr. _____ Assinatura: _____